



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL-PR
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RODRIGO TALIANI COELHO SAMPAIO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA
CARACTERIZAÇÃO DA CATEGORIA NAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL
E AMBIENTAL**

**LARANJEIRAS DO SUL
2023**

RODRIGO TALIANI COELHO SAMPAIO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA
CARACTERIZAÇÃO DA CATEGORIA NAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL
E AMBIENTAL**

Pesquisa elaborada para cumprimento da disciplina de monografia II e para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Sampaio, Rodrigo Taliani Coelho
AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA
CARACTERIZAÇÃO DA CATEGORIA NAS DIMENSÕES ECONOMICA,
SOCIAL E AMBIENTAL / Rodrigo Taliani Coelho Sampaio. --
2023.
64 f.:il.

Orientadora: Prof^a . Dr^a Janete Stoffel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do
Sul, PR, 2023.

1. Agricultura familiar, Estado de São Paulo,
Características, Censo Agropecuário. I. Stoffel, Janete,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RODRIGO TALIANI COELHO SAMPAIO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA
CARACTERIZAÇÃO DA CATEGORIA NAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL
E AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de bacharel.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em (05/12/2023)

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Janete Stoffel - UFFS

Orientadora

Prof. Dr. Antonio Marcio Buainain - UNICAMP

Avaliador

Prof.^a Msc. Rayssa Vieira Kruger Moreno - UFFS

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Dedico aqui meus agradecimentos a todos aqueles que estiveram comigo durante o processo de formação como Economista.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Vitorio Coelho Sampaio e Rosi Taliani, que pavimentaram o caminho até a minha entrada no ensino superior, sem eles suponho que não seria possível a minha chegada até aqui. Estendo também estes agradecimentos aos meus irmãos Caio Cesar Taliani de Andrade e Larissa Taliani Coelho Sampaio, por todo o suporte que me ofereceram durante a execução desta pesquisa.

Agradeço imensamente a minha orientadora Janete Stoffel por ser a minha guia através do mundo acadêmico, me fazendo criar interesse nesta incrível área das pesquisas acadêmicas. Sou grato pelos teus ensinamentos e os levarei comigo na minha jornada como pesquisador.

Expresso minha imensa gratidão a minha companheira Rafaela Suzana Martins, por ter me dado todo apoio e me acompanhado durante minha graduação e dando suporte nos tempos mais difíceis deste processo.

Agradeço também aos meus amigos mais próximos, Bruno Renan Borgato, Valdeir de Oliveira Prestes e William Nascimento, os quais por incontáveis dias debatemos sobre pesquisa e fizeram diversas contribuições que auxiliaram na execução desta pesquisa. A todos deixo a minha mais sincera gratidão, pois são pessoas de suma importância em minha vida e desejo a todos sucesso e felicidade em suas vidas.

E por fim Agradeço ao Grupo de pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR – UFFS), que desempenhou grande papel, promovendo diversas formações que complementaram os ensinamentos obtidos em sala de aula, além de ser um grande estimulador para a pesquisa dentro da universidade.

“Se você não se preocupa com a justiça social, com quem
paga a conta... Você não é um economista sério.
Você é um tecnocrata!”
(TAVARES, 1995)

RESUMO

A presente pesquisa objetivou caracterizar a agricultura familiar para o estado de São Paulo nas 3 dimensões econômica, social e ambiental a partir dos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017, elaborados pelo IBGE. Inicialmente foi elaborada uma revisão integrativa buscando identificar o estado da arte acerca a temática da agricultura familiar no estado paulista. Posteriormente foram acessados os dados dos dois últimos censos agropecuários apresentando e caracterizando estes produtores por meio de mapas e tabelas. A metodologia empregada é qualitativa com caráter descritivo, com a descrição dos fatos evidenciados pela literatura e dados coletados. A coleta de dados desta pesquisa seguiu pelo viés documental, devido a necessidade de levantamento de dados e de pesquisas acadêmicas anteriores. Esta etapa iniciou com uma revisão integrativa, em que se realizou a coleta, tratamento e análise de pesquisas acerca da agricultura familiar em São Paulo mapeando sistematicamente as pesquisas de modo a visualizar suas correlações entre autores. Posteriormente, foi realizada a coleta e análise dos dados dos Censos agropecuários de 2006 e 2017, desdobrando as informações considerando as dimensões econômica, social e ambiental. Em referência aos limites da pesquisa, está se pautou exclusivamente em ver os dados para 2006 e 2017 para o estado de São Paulo conforme disponibilidade das tabelas e os dados ali demonstrados para contraste, e as pesquisas localizadas no portal de periódicos da capes. Desta forma a partir das literaturas se verificou uma categoria bem obtendo renda a partir do cultivo principalmente de frutas como o caso da Uva e banana. Diante das constatações feitas pelas literaturas, observou-se um cenário em que é observada uma redução em termos de número dos estabelecimentos e área, mas em contrapartida se verifica um crescimento das mulheres e da concentração de pessoas por unidade de produção agrícola. Porém ainda há baixa escolaridade e baixos níveis de produção orgânica nos tempos atuais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Estado de São Paulo, Características, Censo Agropecuário

ABSTRACT

The present research aimed to characterize family farming for the state of São Paulo in the 3 economic, social and environmental dimensions based on data from the agricultural censuses of 2006 and 2017, prepared by the IBGE. Initially, an integrative review was elaborated in order to identify the state of the art on the theme of family farming in the state of São Paulo. Subsequently, the data of the last two agricultural censuses were accessed, presenting and characterizing these producers through maps and tables. The methodology used is qualitative with a descriptive character, with the description of the facts evidenced by the literature and data collected. The data collection of this research followed the documentary bias, due to the need for data collection and previous academic research. This stage began with an integrative review, in which the collection, treatment and analysis of research on family farming in São Paulo was carried out, systematically mapping the studies to visualize their correlations between authors. Subsequently, data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses were collected and analyzed, unfolding the information considering the economic, social, and environmental dimensions. In reference to the limits of the research, it was based exclusively on seeing the data for 2006 and 2017 for the state of São Paulo according to the availability of the tables and the data shown there for contrast, and the searches located on the CAPES journal portal. Thus, from the literature, it was verified a category well obtaining income from the cultivation, mainly of fruits, such as grapes and bananas. In view of the findings made by the literature, a scenario was observed in which a reduction is observed in terms of the number of establishments and area, but on the other hand, there is an increase in the number of women and in the concentration of people per unit of agricultural production. However, there is still low schooling and low levels of organic production in current times.

Keywords: Family farming, State of São Paulo, Characteristics, Census of Agriculture

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo.....	20
Figura 2: Fluxo da revisão integrativa	22
Figura 3: Diagrama de Roses para mapeamento sistemático da revisão integrativa	23
Figura 4: Nuvem de palavras acerca das pesquisas analisadas.....	31
Figura 5: Clusterização das pesquisas acerca da temática da agricultura familiar em São Paulo.....	32
Figura 6:Número total de estabelecimentos agropecuários e representação da agricultura familiar paulista para os anos de 2006 e 2017	38
Figura 7:Área total dos estabelecimentos e da agricultura Familiar Paulista para os anos de 2006 e 2017.....	38
Figura 8: Pessoas ocupadas nos estabelecimentos da AF no Estado de São Paulo em 2017	39
Figura 9: Pessoas ocupadas na AF por grupos de atividades econômicas nas mesorregiões paulista	41
Figura 10: Número de estabelecimentos por tipo de produção em lavouras permanentes da AF de São Paulo em 2017.....	44
Figura 11: Nº de estabelecimentos da AF por cultura permanente nas mesorregiões de SP em 2017.....	45
Figura 12: Nº de estabelecimentos da AF nas mesorregiões do Estado de SP com destaque nas culturas de laranja e limão em 2017	46
Figura 13: Nº de estabelecimentos da AF nas mesorregiões do Estado de SP produtoras de banana em 2017	47
Figura 14: Nº de estabelecimentos da AF na mesorregião Macro Metropolitana Paulista produtora de Uva em 2017	48
Figura 15: Nº de estabelecimentos da AF no estado de SP, por gênero do produtor que atua na direção para os anos de 2006 e 2017	50
Figura 16: Nº de estabelecimentos da AF conforme o gênero que atua na direção nas mesorregiões paulistas para o ano de 2017.....	51
Figura 17: Composição das faixas etárias de acordo com o número de estabelecimentos da AF em São Paulo para 2017	52

Figura 18: Número de estabelecimentos da AF por sexo e grau de escolaridade do produtor que dirige o estabelecimento em São Paulo para 2017.....	54
Figura 19: Nº de estabelecimentos da AF e utilização ou não de agrotóxicos 2017 em SP	56
Figura 20: Nº de estabelecimentos da AF por gênero e que fazem ou não produção orgânica	57
Figura 21: Nº de estabelecimentos da AF por gênero que faz produção orgânica por mesorregião paulista	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimentos da agricultura familiar por atividade econômica 2006 e 2017 no Estado de São Paulo.....	43
Tabela 2: Mesorregiões paulistas da AF com mais estabelecimentos que realizavam produção orgânica em 2017.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Coleta, análise e tratamento dos dados por objetivo da pesquisa	21
---	----

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
GPDR	Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de valorização do pequeno produtor rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFFS – LS	Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	16
1.2 JUSTIFICATIVA	16
2 METODOLOGIA.....	18
2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	18
2.2 UNIDADE DE ESTUDO	19
2.3 COLETA DE DADOS	21
2.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	25
3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: O estado da arte a partir da revisão integrativa.....	26
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	26
3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO PAULO	30
4 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO PAULO NAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	37
4.1 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	37
4.2 DIMENSÃO SOCIAL	49
4.3 DIMENSÃO AMBIENTAL	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser descrita como uma categoria que está situada em meio ao espaço agropecuário brasileiro, no qual a expressão veio a ser empregada com maior ênfase a partir da década de 1990 (ABRAMOVAY, PIKETTY, 2005). Até então, esta agricultura era vista e expressa por termos e definições tais como “produção de subsistência ou pequena produção”.

De acordo com Mattei (2014) a criação e implementação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1995¹ representa a legitimação, da categoria social, da “Agricultura Familiar”. O Programa de estado foi criado com o objetivo de dispor crédito para a agricultura familiar.

Vale ressaltar que a categoria possui características únicas, tais como a participação ativa da mão de obra familiar na produção e na difusão dos conhecimentos vividos, que assim geram um legado a ser seguido por aqueles que permanecerão no ambiente rural. Schneider (2003), salienta que a agricultura familiar é definida como uma forma social onde o trabalho da família assume uma posição decisiva, de modo que promova com o passar do tempo uma mudança no meio, um movimento de cunho endógeno que viria a ser observado como um “*Desenvolvimento rural*”.

Nesse sentido, existem características do “Desenvolvimento Rural” que contribuem para uma mudança da qualidade de vida do campo, uma vez que em decorrência do aprimoramento da técnica, maiores ganhos são obtidos em termos de eficiência e qualidade da produção. Schneider (2003), argumenta que o desenvolvimento rural se constitui por meio das ações articuladas que induzem mudanças socioeconômicas e ambientais e que resultem em melhoria na qualidade de vida e em bem-estar para estas populações.

Isso posto, levando em consideração o objeto de análise na presente pesquisa, foram buscadas evidências empíricas sobre a agricultura familiar no Estado de São Paulo. Para isso são utilizados os dados dos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017. A partir destas informações se buscou identificar a evolução da agricultura

¹ O lançamento do Pronaf foi em 1996, por meio do Decreto no 1.946, com vistas a atender o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (BRASIL, 2022).

familiar naquele estado e período considerados.

Desta forma, considerando ser multidimensional o desenvolvimento rural se entende que ele é alcançado por meio da atuação da agricultura familiar no campo, em que suas ações e técnicas geram a força motriz capaz de promover o *Desenvolvimento Rural sustentável* (ASSIS, 2006).

Diante disso Assis (2006, p.81) explana brevemente acerca da definição de desenvolvimento rural sustentável.

[...] tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance do sucesso desejado.

No ano de 2006 o Estado de São Paulo tinha 150.900 estabelecimentos familiares, o que correspondia a 3,46% do total de 4.366.267 estabelecimentos existentes na agricultura familiar a nível nacional. A categoria ocupava no estado uma área de 2.500.267 hectares, ou seja, 3,12% da área total ocupada no país, a qual correspondia a 80.102.694 hectares (IBGE, 2006). Já no ano de 2017 o Estado possuía 122.555 estabelecimentos, correspondendo a 3,14% do total de 3.897.408 existentes no país. Em termos de área categoria ocupa 2.154.384 hectares representando 2,66% dos 80.891.084 hectares do território nacional. Comparando a evolução no número de estabelecimentos entre 2006 e 2017 no estado de São Paulo é possível constatar uma redução em 18,78% no número de estabelecimentos (IBGE, 2017).

Assim, destacando uma necessidade de compreensão do contexto agrícola familiar paulista, de modo a observar suas mudanças buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: Como evoluiu a agricultura familiar, no Estado de São Paulo, a partir de variáveis econômicas, sociais e ambientais considerando as informações dos censos agropecuários de 2006 e 2017?

Portanto esta pesquisa pautou-se na execução da metodologia de revisão integrativa, que na qual seus resultados estarão expressos na seção de revisão de literatura acerca a agricultura familiar paulista apresentando suas características com base nas observações teóricas do contexto.

E por conseguinte se abordou a coleta dos dados da Agricultura familiar por meio dos Censos Agropecuários para a elaboração da seção final da pesquisa de

modo a expressar as características evidenciadas no processo da execução da metodologia.

1.1 OBJETIVOS

Para responder ao problema de pesquisa o objetivo geral do trabalho consiste em: Analisar a evolução da agricultura familiar no Estado de São Paulo a partir de variáveis econômicas, sociais e ambientais para os anos de 2006 e 2017.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos.

1. Verificar o estado da arte das publicações acadêmicas em relação à agricultura familiar no estado de SP;
2. Identificar e analisar características econômicas, sociais e ambientais da agricultura familiar do Estado de São Paulo, para os anos de 2006 e 2017, a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE;

1.2 JUSTIFICATIVA

No cotidiano acadêmico enquanto discente da UFFS - LS os assuntos de agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável permeiam não só o campo das ideias, mas também o nosso entorno. Esta experiência apontou para um questionamento, sobre como é estruturada a agricultura familiar, quais foram os processos ocorridos para a sua formação e atuação nos dias de hoje.

Entender como a categoria está estruturada, permite traçar caminhos para uma maior compreensão das multifaces desta. Autores como, Abramovay (2005), Mattei (2014), Schneider (1998) mostram como a academia tem voltado seus olhos para esta temática da agricultura familiar, com pesquisas realizadas desde a década de 90 onde já buscavam entender e caracterizar a categoria abordando suas dimensões econômico e social.

A partir desta prévia observação a pesquisa busca contribuir para este arcabouço, inserindo pesquisas acadêmicas e dados secundários relacionadas a

temática da agricultura familiar de forma a identificar as discussões acerca do recorte geográfico selecionado e suas características.

Entender e caracterizar o estado de São Paulo é uma proposta idealizada por meio da vivência no meio agrícola familiar e da participação em pesquisas que objetivam e realizar estudos sobre o desenvolvimento regional, como o caso do projeto de pesquisa PES 2021-0261 em que o autor atuou como bolsista. Aquela pesquisa tinha como título “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: estudo comparativo entre os municípios dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, Noroeste Colonial/RS e da Bacia Leiteira Alagoana/AL” foi submetida ao edital 121/GR/UFFS/2021, tendo sido aprovado com recursos e bolsa de pesquisa, com vigência entre 1 de agosto de 2021 e 31 de julho de 2023. O autor desta pesquisa foi bolsista no período de 1 de agosto de 2021 e 31 de agosto de 2022, além de ser membro integrante como discente do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR/UFFS). Esta atuação no projeto instigou a pesquisa atual.

Em relação à estrutura do presente trabalho, ele se subdivide nas seguintes seções, que são compreendidas por esta introdução, em que abordamos os principais delineamentos da pesquisa. Segue - se pela revisão de literatura que está organizada abordando 3 principais pontos sobre o Desenvolvimento Rural e Sustentável, Agricultura Familiar no Brasil e Agricultura familiar para o estado de São Paulo. E ao final desta monografia se encontram as discussões dos resultados, as considerações finais e as referências que foram utilizadas na composição do trabalho.

2 METODOLOGIA

O método é definido por autores como Bloise (2020) e Prodanov e Freitas (2013), como “caminho” a percorrer, se é necessário fazer uso de instrumentos que permitem realizar esta caminhada, assim estes instrumentos compõem o que conhecemos como a metodologia da pesquisa.

Uma metodologia, como afirma Demo (1995), é o estudo dos caminhos e de seus instrumentos para se fazer ciência. Sendo este um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia nos permitem alcançar o objetivo proposto” (LAKATOS, 2017, P.83).

Nesta seção foram descritas as etapas realizadas para o cumprimento dos objetivos de pesquisa, abordando as ferramentas e objetos utilizados para a obtenção dos dados e posterior análise.

Esta parte da pesquisa está estruturada em quatro subseções, nas quais delineamos qual é a tipologia de pesquisa, abordando as teorias acerca do método utilizado nessa pesquisa. Na sequência é apresentada a definição e caracterização do universo de estudo, contendo o tipo de amostra e recorte geográfico definido. Posteriormente está explicada como foi a coleta e análise de dados, onde foram detalhados os tipos de dados coletados, observados e analisados. No encerramento da seção consta a explanação acerca das limitações evidenciadas para a execução deste estudo no tempo e espaço atual.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Em relação à abordagem esta pesquisa é classificada como qualitativa, na qual é necessário, segundo Neves (1996), supor um corte temporal–espacial de dado fenômeno, em que a dimensão surge a partir do recorte realizado, sendo este o território que se busca mapear.

A pesquisa se deu pelo viés definido por Gil (2002) como descritiva, com caráter analítico, que se dá pela descrição de fenômenos, população ou ambientes de relações entre variáveis que foram utilizadas durante o processo de pesquisa. Triviños (1987), aponta que as pesquisas de cunho descritivas, exigem certo nível de validade e exatidão na descrição dos fatos evidenciados pelo pesquisador.

De acordo com as literaturas acerca da tipologia, a pesquisa se enquadra como um estudo de caso acerca da agricultura familiar que, definido por Gil (2002) e Eisenhardt, (1989) é um modelo de pesquisa em que é realizado um estudo profundo de poucos objetos, de modo que a pesquisa possa retornar um detalhamento mais profundo acerca do caso selecionado. Adicionalmente, Triviños (1987) indica que além de permitir um conhecimento aprofundado da realidade delimitada, o estudo de caso possibilita que seus resultados apontem hipóteses para a construção de demais pesquisas dentro da temática abordada.

Em relação aos instrumentos utilizados para a realização das etapas da pesquisa, inicialmente foi utilizada a revisão integrativa na elaboração bibliográfica dos resultados da pesquisa. Em seguida foi utilizado o levantamento de dados secundários acerca da agricultura familiar no estado de São Paulo de modo que se realizou uma análise empírica do universo.

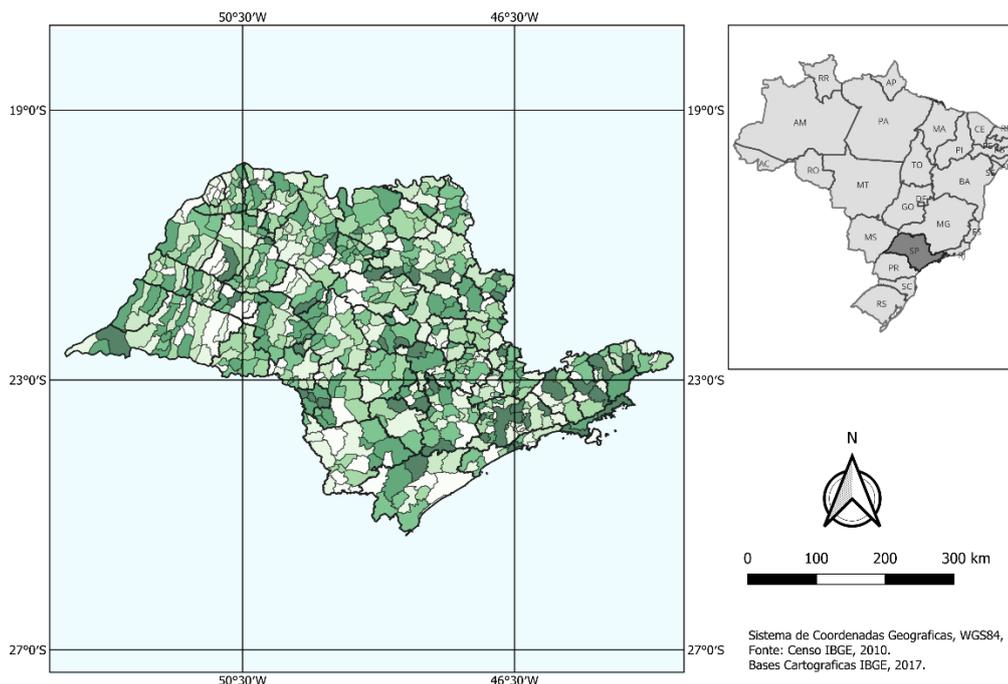
2.2 UNIDADE DE ESTUDO

No que se refere ao ambiente ou universo explorado, se definiu a agricultura familiar como o objeto estudado por meio dos dados dos censos agropecuários, evidenciando suas características nas dimensões analisadas (ambiental, econômica e social).

Como recorte geográfico, o Estado de São Paulo foi escolhido e como ambiente de análise, para o embasamento das características da agricultura familiar, realizando seu mapeamento por meio do contraste de informações sobre os períodos de 2006 e 2017, a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Agropecuários.

Neste contexto, na Figura 1 é possível observar a região que perfaz o espaço geográfico de análise de modo a apresentar a sua localização diante do país e seus municípios com as delimitações de suas microrregiões.

Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

O Estado de São Paulo é constituído por uma área total de 248.219,485 Km², localizado na região sudeste do Brasil, com uma população mensurada em 2022 pelo IBGE (2022), de 44.411.238 milhões de habitantes.

Acerca das características predominantes da produtividade agrícola do estado, identificamos com dados de Camargo *et al* (2021), que a produção agrícola predominante no estado paulista são os produtos cana de açúcar direcionada para as indústrias sucroalcooleiras, Laranja, café, soja, milho e feijão e em alguns municípios há predominância da produção de frutas.

Neste contexto geográfico a agricultura familiar compõe uma área ocupada de 2.154.384 hectares, com uma população ocupada total de 281.535 pessoas no ano de 2017 (IBGE, 2017) nos estabelecimentos agropecuários do estado.

Diante desta abordagem acerca da amostra geográfica observamos que o recorte possui uma maior predominância de produtos voltados para o segmento agroindustrial, de forma que estas produções são direcionadas para um processamento e posterior destino ao consumidor final.

2.3 COLETA DE DADOS

Nesta subseção consta o detalhamento do processo de coleta, tratamento e análise dos dados evidenciados para a pesquisa. Conforme a classificação de Gil (2002), o procedimento de coleta de dados é classificado como documental, no qual o autor realiza o levantamento por meio de dados secundários ou de informações de variadas fontes bibliográficas.

No quadro 1 estão apresentados os objetivos A e B, destacando a origem da informação coletada e quais os procedimentos utilizados no tratamento e análise das informações obtidas.

Quadro 1: Coleta, análise e tratamento dos dados por objetivo da pesquisa

Etapas	A	B
Objetivo específico	Verificar o estado da arte das publicações acadêmicas em relação à agricultura familiar no estado de SP;	Identificar e analisar características econômicas, sociais e ambientais da agricultura familiar do Estado de São Paulo, para os anos de 2006 e 2017, a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE;
Coleta dos dados	Portal de periódicos da Capes	Censo agropecuário de 2006; Censo agropecuário 2017;
Instrumentos	Artigos, livros, dissertações e teses.	Dimensão econômica: grupos de atividades econômicas, Pessoal ocupado, número estabelecimentos e área ocupada; Dimensão social: Escolaridade, Sexo e Idade (de quem dirige o estabelecimento) Dimensão Ambiental: Uso de agrotóxicos e Agricultura orgânica
Tratamento e análise dos dados	Pesquisar literaturas e pesquisas que possuam relação com agricultura familiar e estado de São Paulo; Classificar as pesquisas obtidas pelo critério de alinhamento do trabalho com o tema de pesquisa; Escrever a seção de resultados com base nos artigos que foram classificados.	Apresentar os dados da agricultura familiar a partir das características encontradas nas dimensões, ambientais, econômicas e sociais da categoria; Apresentar gráficos, tabelas, quadros e mapa destacando as características evidenciadas a partir dos dados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Para o embasamento teórico da seção de resultados foi definida a aplicação do instrumento de revisão integrativa como forma de observar e constatar o atual estado da arte acerca da temática agricultura familiar no Estado de São Paulo. Brome (2006) aponta que uma revisão integrativa tem como objetivo abordar o passado das

literaturas de modo a promover um melhor entendimento de determinado fenômeno pesquisado.

Nas palavras de Botelho (2011) a revisão integrativa permite a observação de lacunas ainda não preenchidas nas literaturas evidenciadas no método, promovendo a construção de novos métodos e teorias acerca da temática analisada. As informações obtidas nesta revisão conduzem a construção da revisão de literatura.

Este modelo de análise bibliográfica permite ao pesquisador observar por meio de pesquisas anteriores, o que já foi escrito não se fazendo distinções acerca do método empregado ou tipologia de pesquisa. Assim, abordando o maior número de pesquisas, provendo insumos necessários ao autor de modo a poder compreender como se está o “Estado da Arte” da sua temática buscada (BOTELHO, 2011).

Para a construção desta metodologia de coleta e análise de dados literários teóricos foi necessária a realização de um conjunto de etapas essenciais para o sucesso da coleta. Na figura 2 está demonstrado visualmente quais são as etapas cumpridas.

Figura 2: Fluxo da revisão integrativa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Botelho (2011).

Nesta pesquisa, definiu-se o Portal de Periódicos da Capes, como o local utilizado para a coleta das literaturas acerca da temática da agricultura familiar se fazendo uso da seguinte *string* de busca: “Agricultura Familiar” AND “Estado de São Paulo”.

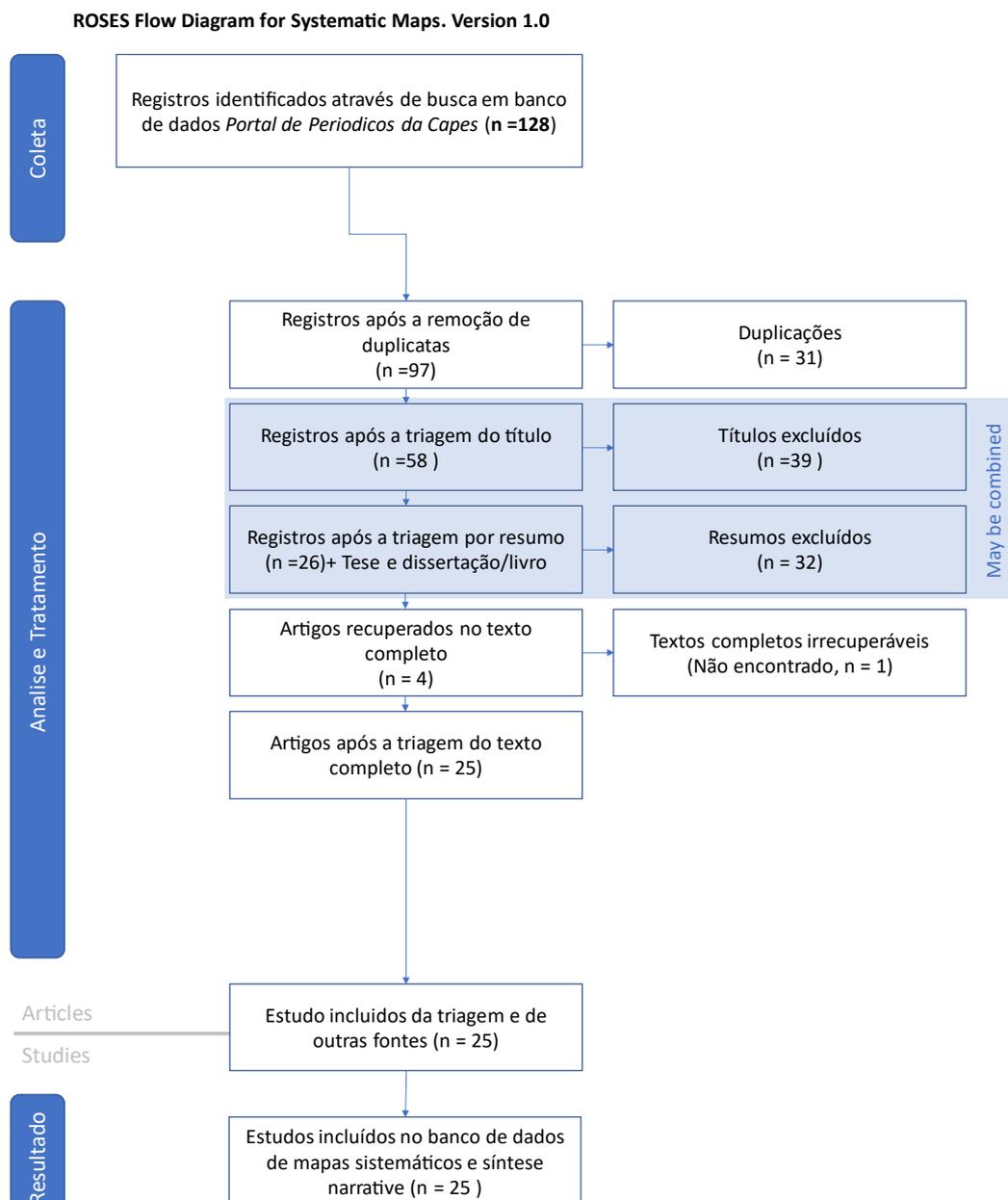
Para a busca, foram delimitados como tipos de documentos buscados e coletados os artigos, dissertações, teses e capítulos de livros, para a composição da amostra teórica, com segmentação de período de 2005 a 2023, de modo a obter uma maior quantidade de publicações.

Preliminarmente foram obtidos 128 artigos² que abordam temas sobre a agricultura familiar, agricultura, políticas públicas e temas correlatos. Estas pesquisas, após a sua consulta foram baixados, organizados, classificados aplicando critérios de inclusão e exclusão das pesquisas. Este procedimento metodológico se pauta na

² Pesquisas coletadas no mês de maio/2023, onde se estava a executar a metodologia da pesquisa

documentação extensiva de todas as etapas realizadas e os resultados encontrados em cada uma destas etapas. Para facilitar na documentação e de modo a organizar o fluxo de execução do procedimento se adotou o Diagrama de Roses (HADDAWAY 2017), como instrumento norteador para a revisão Integrativa. A figura 3, detalha o processo.

Figura 3: Diagrama de Roses para mapeamento sistemático da revisão integrativa



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Haddaway (2017)

Neste diagrama foram documentados os processos executados pelo autor para realizar a classificação das pesquisas da agricultura familiar para o Estado de São Paulo. Desta forma, foram executados procedimentos de verificação das pesquisas com duplicidade, quando se seguiu para uma análise dos títulos de cada pesquisa de modo a validar se possuíam breve relação com o tema etapa em que chegamos a uma quantidade de 58 pesquisas.

O processo de classificação das pesquisas necessita de revisões consecutivas, pois após a leitura de cada título voltamos novamente aos remanescentes e realizamos a leitura de seus resumos e posteriormente a leitura de toda a obra quando chegamos à quantidade de 25 pesquisas. Durante o processo de busca houve pesquisas que por algum motivo não especificado, não se foi possível acessar o arquivo para análise, neste caso o título foi automaticamente excluído e documentado em um tópico específico do diagrama, situação que ocorreu em apenas 1 caso durante o processo.

Para a etapa de organização e seleção das pesquisas para a revisão integrativa foi utilizado o software Zotero, o qual consiste em um gerenciador de bibliografias, e que permite visualizar as informações detalhadas de cada pesquisa e poder separá-las por assunto criando diferentes pastas para destinar os artigos de acordo com o critério.

Com as pesquisas selecionadas pela revisão integrativa, foi aplicado o instrumento de codificação, inserindo-as em uma planilha, em que foram segmentadas as informações principais da pesquisa, como título, autor, tipo de pesquisa, ano e palavras – chave. Esta codificação auxilia na análise das principais palavras-chave para a composição de uma nuvem de palavras, abordando quais são os assuntos mais frequentes dentro das obras selecionadas pela revisão. Para tal construção foi utilizada a ferramenta *Wordcloud*, na qual foram inseridas as palavras-chaves obtidas no processo de codificação o qual permite a criação da nuvem.

Neste processo de análise das informações coletadas na revisão integrativa ainda foi realizada uma análise das relações entre os autores dos trabalhos, para verificar se há redes de pesquisadores que resultam nas publicações. Neste momento

foi utilizado o Software VOSViewer³, o qual permite a elaboração de clusters que indicam relações de publicação entre os autores das pesquisas.

Após a revisão integrativa que deu suporte para a apresentação do estado da arte sobre a agricultura familiar em São Paulo, foi realizada uma análise documental de dados secundários extraídos a partir da base de dados SIDRA (IBGE, 2017), por meio das tabelas estruturadas pelo Censo agropecuário de 2006 e 2017.

A amostra populacional selecionada para estudo é a população que está inserida em meio rural e que possui as características que as enquadram na categoria familiar. Estas variáveis foram utilizadas para caracterizar a categoria nas dimensões ambiental, econômica e social.

2.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Vargas e Mancia (2019), conceituam que as limitações de um estudo podem ser apresentadas por conta de tamanho de amostra analisada, alguma falta ou confiabilidade de dados que podem afetar as respostas a serem obtidas a partir destes dados.

Na revisão integrativa os resultados estão limitados pelas publicações disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e nos descritores utilizados. Já nos resultados referentes à caracterização da agricultura familiar de São Paulo, a delimitação da pesquisa está restrita às variáveis que foram utilizadas nas dimensões selecionadas.

Em referência aos dados secundários obtidos para esta pesquisa, nós restringimos a análise dos indicadores selecionados para observação e ao recorte temporal, dado ao fato de que foram utilizados valores restritos a 2006 e 2017, anos em que foram realizados os dois censos agropecuários mais recentes.

Em relação aos resultados se buscou restringir a demonstração em mais detalhes sobre a produção de lavouras permanentes da agricultura familiar, visto que eram dados que possuíam mais relação com a base teórica exposta na parte da revisão de literatura e com os resultados obtidos pela revisão integrativa.

³ Com a utilização do arquivo em formato RIS, Endnote, Bibtex é possível visualizar a forma como se são formados os *clusters*.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: O estado da arte a partir da revisão integrativa

Nesta etapa do projeto de pesquisa, iremos abordar sobre o que é tratado acerca da temática da agricultura familiar e suas contribuições para o ambiente em que os agricultores estão inseridos, se há ou não um dado tipo de desenvolvimento que permite a eles uma melhora da qualidade de vida no campo, assim como a continuidade do processo de agricultura familiar.

Segundo Gil (2002), a pesquisa de cunho bibliográfica permite ao pesquisador um dado nível de flexibilidade, para que ele possa realizar uma maior cobertura das informações previamente adquiridas de modo a analisá-las com melhor detalhamento e assim promover um embasamento teórico mais conciso da temática estudada.

Assim este tópico irá abordar as características da agricultura familiar do Estado de São Paulo, passando pela contextualização da categorização da Agricultura familiar brasileira e seus condicionantes para a formação destas. Este será o ponto de partida da revisão bibliográfica por entendermos que é o arcabouço a partir do qual a agricultura familiar de São Paulo será analisada.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar no Brasil surge já pautada a margem do modelo produtivo inglês denominado como *Plantation* ou Plantagem, definido por Stedile (2005) como forma de organização da produção agrícola por meio de onde se faz uso de grandes fazendas com adoção da monocultura e executava via trabalho escravo que observamos desde o período colonial, em que sua produção é direcionada para o externo e na extensividade produtiva. Diante disso Mattei (2014) aponta que a agricultura familiar é posta em segundo plano perante o conceito de desenvolvimento rural, pois, está inserida diante de uma estrutura produtiva, com concentração fundiária pelos grandes latifundiários e abandono daqueles remanescentes do campo.

A agricultura familiar aparece com a denominação de agricultura de subsistência mediante o movimento colonizador, como uma alternativa a estrutura produtiva, pautada na produção de bens para a exportação. Mattei (2014) aponta que diante deste modelo exportador, em paralelo se começa a constituir uma agricultura

focada na subsistência, como uma produção complementar ao modelo produtivo monocultor, possuindo características distintas daquelas evidenciadas pela produção executada para exportação para as metrópoles europeias.

O setor de subsistência, que se estendia do Norte ao extremo sul do país, caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando - se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. (FURTADO, 2006, p.177).

Complementar a temática, Buainain (2006), cita sobre a distribuição da agricultura familiar, onde a categoria pode ser encontrada em todo o território nacional, havendo exceções para o centro oeste e em algumas partes da região norte onde nesta possui a característica densa floresta tropical.

Durante o período dos ciclos econômicos principalmente o do café se houveram diversas políticas de fomento a imigração para o trabalho nos campos. Onde Furtado (1959) cita que este foi um período de intensa imigração, onde de modo a absorver esta oferta de mão de obra houve a constituição de diversas colônias sem nenhum fundamento econômico para estes imigrantes que vieram. Colônias que com a decadência dos ciclos também decaíam por não haver mais capital girando nestas, onde ali se observou na subsistência a alternativa para a manutenção de suas famílias que ali já haviam se constituído.

[...] não havendo mercado para os excedentes de produção, o setor monetário logo se atrofiava, o sistema de divisão do trabalho involuía, e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência (FURTADO, 2006, p. 183).

Durante o período colonial o modo de produção de subsistência ou pequena produção era encarado como importante socialmente, mas de expressão econômica marginal e seu futuro já estava selado pelo próprio rumo do desenvolvimento capitalista (ABRAMOVAY, 2005. p.4).

Aqui se salienta o ponto de que a produção agrícola é de fato mais aproximada do capital, ou seja, generalizou-se o campo brasileiro, sendo visto como apenas um meio de produção em massa desconsiderando a categoria. Diante disso temos uma camada da sociedade que não é atendida socialmente.

Anos mais tarde tivemos a introdução de pautas direcionadas a ótica social do campo na implantação de políticas de fomento à agricultura onde se houve uma distinção entre as tipologias de agricultores, foi a implantação do PROVAP (Programa de valorização do pequeno produtor rural). Este, de acordo com Mattei (2005), é um dos primeiros programas que distribuía créditos realizando a distinção dos agricultores.

Abramovay (2005), salienta em sua fala que para mudar esta forma de observar os indivíduos inseridos no meio rural, era necessário um conjunto de pautas sociais que visassem promover obtenção de crédito, geração de renda para os núcleos produtivos de cunho familiar, acesso a mercados para comercialização e permitir o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar.

Assim que este conjunto de premissas, embarcadas e da continua organização e reivindicações dos agricultores rurais que veio a dar fruto ao Programa de fortalecimento da Agricultura familiar ou PRONAF (SOUZA – ESQUERDO E BERGAMASCO, 2014).

Perante a esta temática Buainain (2006), expressa acerca da negligência em relação aos agricultores familiares por parte do estado na abrangência das políticas públicas, questão que veio apenas a se alterar em 1996 e realmente se expandir em 2004 a partir da atuação mais intensa do PRONAF na liberação de crédito aos agricultores.

Os autores Abramovay e Piketty (2005) também abordam sobre o PRONAF, surge com a premissa de alterar a estrutura social para a qual foram “jogados” os agricultores familiares, provendo os meios e as condições necessárias para que esta estrutura fosse rompida e não se alienando aos meios produtivos de onde originam-se criações de corte e ou commodities.

Na abordagem sobre a importância da agricultura familiar, Mattei (2014), retrata um breve panorama da categoria e como o fortalecimento dela pode vir a promover benesses no meio rural e conseqüentemente para as populações que se encontram no meio urbano.

[...] é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2014, p.85).

Assim conforma-se a categoria denominada por “Agricultura familiar”. Que de acordo com Stoffel (2012), ressalta as características entre as agriculturas familiares e não familiares, de modo que possamos observar suas distinções.

A principal distinção dos agricultores familiares em relação aos agricultores não familiares está embasada no fato de que os primeiros possuem à sua disposição a mão de obra da família e em geral a quantidade de terras das quais é proprietária é de tamanhos menores. Sobre a disponibilidade de capital também há diferenças, pois enquanto na agricultura não familiar há maior facilidade de acesso a grandes volumes, na agricultura familiar o acesso existe, mas para valores menores, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (STOFFEL, 2012, p.3).

Em complemento, Gasson e Errington (1993, p.20) delinearão algumas definições acerca da caracterização desta categoria denominada Agricultura Familiar, a saber:

1. A gestão é feita pelos proprietários;
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
3. O trabalho é fundamentalmente familiar;
4. O capital pertence à família;
5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
6. Os membros da família vivem na unidade produtiva;

A partir desta definição acerca do que pode ser definido como agricultura familiar, temos a caracterização legal do objeto por meio da Lei da Agricultura familiar Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Temos a legitimação do que se denomina por “Agricultor Familiar”.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

No ano de 2017, foi criado pelo governo federal um decreto federal Nº 9.064, de 31 de maio de 2017 que institui o cadastro nacional da agricultura familiar, estabelecendo as diretrizes que formam a política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares. Regulamentando de forma complementar a lei instituída

em 2006, onde o Art. 1º institui que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar deverão considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF (BRASIL, 2017).

Com a implantação deste decreto se promove maior abrangência das políticas de fomento a categoria, incluindo distintos grupos que antes não eram beneficiados pelos programas, permitindo melhores condições na manutenção da população inserida no rural brasileiro.

Nesta direção Tedesco (1999, p. 62), efetua observações acerca da agricultura familiar indicando de que forma deve estar composto um núcleo familiar para poder se enquadrar diante a lei de 24 junho de 2006.

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Diante dos movimentos ocorridos no campo brasileiro que a categoria se legitima, porém durante muito tempo marginalizada perante o capital, dificultando as formas de manutenção e crescimento. A introdução das políticas promoveu melhoria do bem-estar e reconhecimento e exaltando sua pluralidade e multifuncionalidade (SCHINEIDER, 1998).

3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO PAULO

Esta seção busca cumprir com os objetivos propostos no início desta pesquisa, na qual são apresentados os resultados da revisão integrativa elaborada.

Para a execução de uma parte da seção de resultados da presente pesquisa, se optou pela abordagem de revisão integrativa, na qual coletamos os artigos relacionados acerca da agricultura familiar e o estado de São Paulo para compor quais são seus principais autores sobre a temática assim como suas principais palavras-chave na composição de uma nuvem de palavras e um mapa sistemático demonstrando os principais clusters de autores e como se conectam.

A revisão integrativa que foi realizada acerca da agricultura familiar de São Paulo resultou em 25 trabalhos (ver figura 3), os quais foram analisados a partir do uso do instrumento sistemático de leitura e análise dos títulos, resumos e textos completos para validar suas relações com a temática da agricultura familiar.

As pesquisas selecionadas são tratadas via planilha de modo que elas passam por um processo de codificação e inclusão das informações de autor, título, ano e suas palavras-chave estas que serão utilizadas para a elaboração de um *wordcloud* ou nuvem de palavras. A partir das palavras-chave dos trabalhos selecionados foi possível elaborar a nuvem que está ilustrada na figura 4.

Figura 4: Nuvem de palavras acerca das pesquisas analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

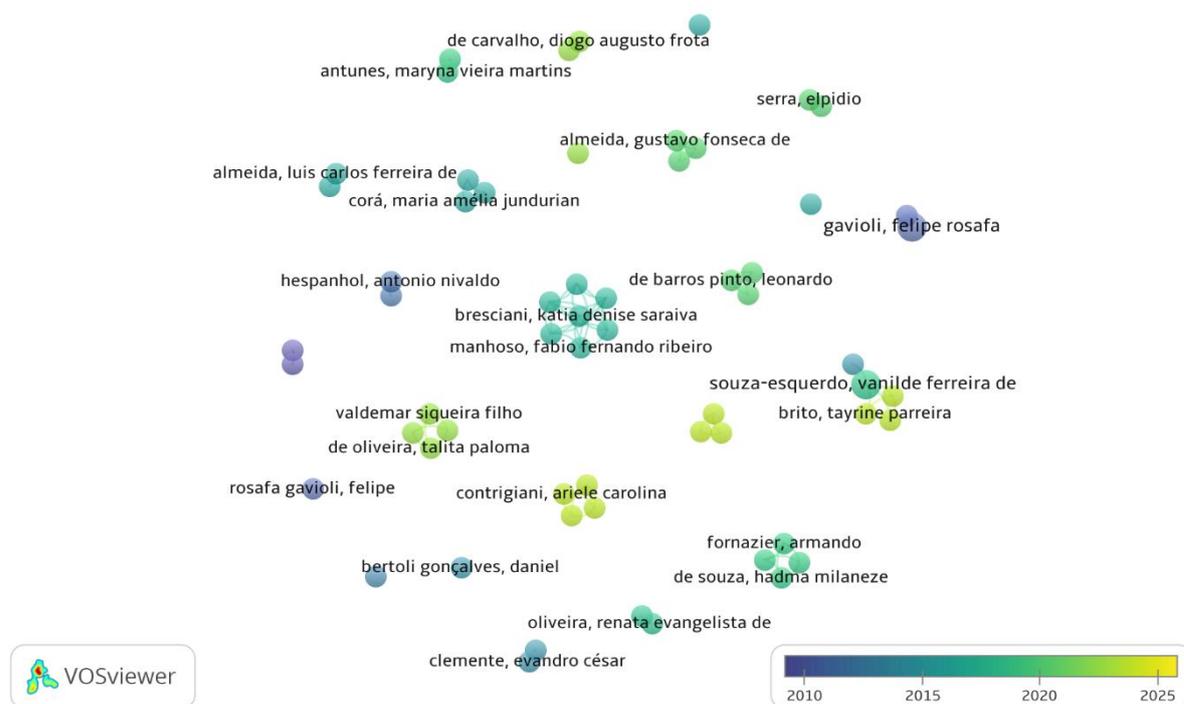
Observado a nuvem, é notada a presença de termos mais predominantes, os quais também são mais aparentes nas pesquisas e outros termos menos representativos e que estão presentes na pesquisa como políticas públicas, culturas estabelecidas em regiões paulistas onde autores como Chiodi *et al* (2020), Saron, Antunes e Hespanhol (2012 e 2019), Bredariol (2022) dentre outros.

Durante o processo de análise do texto completo das obras coletadas na base de dados do portal de periódicos da capes (2023), onde foi identificada similaridade entre as obras, ou seja, é observando que há semelhanças acerca da temática que engloba a agricultura familiar.

Tais relações identificadas para se valerem respectivamente, se é necessário mapeá-las sistematicamente de modo a ilustrar as relações entre autores que podem

ocorrer por meio de citar-se uns aos outros em suas pesquisas (Cocitação) ou a temática abordada para a elaboração deste mapa.

Figura 5: Clusterização das pesquisas acerca da temática da agricultura familiar em São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor com base no VOSViewer, 2023

O mapeamento sistemático acima, é resultado da inserção das 25 pesquisas analisadas durante o processo da coleta e tratamento dos dados pela revisão integrativa (ver subseção 2.3). O mapa sistemático foi elaborado via software VOSViewer que está demonstrando a formação de *clusters*⁴, o qual está representando os artigos com a moda dos autores e coautores. Neste mapa também é representado na forma de termômetro a informação da concentração de trabalhos executados no período antes de 2020 e até o mais atual 2023.

De forma preliminar é notável a dispersão dos autores e suas não relações, ou seja, não havendo interligações entre autores quando se abordada a temática da agricultura familiar.

⁴ Aglomerados.

De maneira que podemos supor que tais autores se correlacionam por meio de alguma proximidade seja via instituição onde tais clusters pertencem, dada a forma como estão agrupados e ao mesmo tempo dispersos pelo grafo⁵.

Por meio desta seção podemos concluir como que o estado da arte acerca da temática da agricultura familiar paulista, de modo que se foi possível observar quais são os autores que recentemente publicaram obras acerca da caracterização da categoria no estado. É notável o baixo índice de pesquisas que possuem relação direta com a temática que está sendo abordada pela presente pesquisa. Porém promoveu os insumos necessários para a elaboração da escrita que contemplará por completo o primeiro objetivo do trabalho, discutindo assim o contexto histórico da agricultura familiar paulista.

Durante o período em que o país possuía sua dinâmica econômica pautada matriz primária exportadora de commodities como açúcar, borracha e café, produções herdadas do modelo introduzido durante o controle da metrópole portuguesa que a pouco havia se encerrado.

Após o final do ciclo do ouro e a introdução de um novo ciclo que se pautava na produção com uso extenso do fator terra, se via a economia brasileira tomando um novo rumo frente a sua matriz exportadora. A cafeicultura brasileira foi implantada na região mais montanhosa do país, fazendo uso das reminiscências do período do ouro, assim reduzindo os custos na produção e na obtenção de grandes faturamentos (FURTADO, 1959).

A região de São Paulo durante o período do café obteve os maiores índices de produção do país⁶, onde o seu real êxito veio a ocorrer com a produção cafeicultura durante a década de 20, com expressivo desempenho constituindo a economia paulista a partir do campo (CANO, 2012).

A produção agrícola paulista de acordo com Furtado (1959) seguiu durante muitos anos uma estrutura produtiva pautada na produção extensiva de café e na produção de alguns tipos de cereais dentre outras produções como culturas

⁵ Grafo é uma visualização que contém em si nodos ou (Nós) que são interconectados via arestas (linhas), apresentando algum tipo de correlação entre estes nós.

⁶ Referente as exportações brasileiras durante a década de 20. A composição das exportações de café paulista, compreendiam em cerca de 2/3 do todo que era dividido entre Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

temporárias⁷. Estas produções possuíam maior rentabilidade durante o início do século XIX, onde a mão de obra foi constituída principalmente por meio da mão de obra escrava e posteriormente com a abolição a inserção de camponeses oriundos da Europa.

É neste contexto de europeização dos campos que os imigrantes europeus se direcionaram para o Estado de São Paulo e desempenharam um importante papel para o meio rural paulista durante a crise do café e sua posterior decadência (BREDARIOL, 2022). Sendo aqueles responsáveis pela compra dos pedaços de terra das grandes fazendas desmembradas e ali constituindo núcleos de produção agrícola para a subsistência naquelas terras que antes apenas viam o café.

O modelo de produção adotado para o café de modo a reutilizar a solo sem nenhum zelo, foi um fator que determinou os novos rumos da agricultura do período, diante deste movimento passou a ser observada uma mudança na paisagem onde antes tudo era café, se passou a ver a produção de frutas, iniciando os primeiros traços da implantação da fruticultura no estado (BREDARIOL, 2022).

A agricultura de cunho familiar no estado de São Paulo, se ocorre por meio do conjunto de culturas que se distribuem por meio de toda a sua faixa de extensão geográfica, cada uma com suas devidas características produtivas de relevância econômica e social.

A atuação governamental, com a implantação das políticas públicas do PAA e o PNAE, instrumentos que atuam como fortalecedores da agricultura familiar, promovendo a manutenção, produção e renda a categoria inserida no meio rural (Souza – esquerdo e Bergamasco, 2014).

Diante deste contexto Antunes e Hespanhol (2019), Bredariol (2022), Chiodi *et al* (2019), Del Fiori (2016) e Saron e Hespanhol (2012), caracterizam a forma como se constituiu a agricultura familiar no estado em suas variadas pesquisas nas regiões produtivas do estado.

Uma das regiões que mais se destaca é a do circuito das frutas, nome de destaque para a território formado por 10 municípios⁸ que permeiam a região de Campinas e Jundiaí, onde de acordo com Bredariol (2022), tiveram durante anos o

⁷ Durante a produção cafeeira algumas pequenas produções também faziam o cultivo de cereais como, milho, feijão e amendoim. Além de se realizar a criação de gado leiteiro e de corte para subsistência (Saron e Hespanhol, 2012).

⁸ “Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo” (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014, p. 208)

café como principal economia da região e que observou a fruticultura como alternativa rentável que veio a se obter êxito.

Para autores como Souza e Bergamasco (2014) e Bredariol (2022), o “Circuito das Frutas”, atualmente constituído como um roteiro turístico com sua importância econômica, é uma região que conta com maior predominância de agricultores familiares que viram na fruticultura sua forma de geração de renda e posterior ponto de atração de turística, garantindo assim renda e estabilidade nos núcleos familiares ali formados.

“Cada um destes municípios se especializou na produção de tipos específicos de frutas. Atibaia é famosa pelos morangos; Indaiatuba se especializou na produção de uva e acerola; Itatiba se destaca pela produção de caqui; Itupeva destaca-se pela produção de uvas, assim como Louveira e Vinhedo; Morungaba se destaca pela produção de compotas de frutas como uvas, figos, laranjas, pêssegos, entre outras frutas; Valinhos tem alta produção de figos e goiabas, e Jundiaí é referência por sua alta produção de uvas.” (BREDARIOL, 2022, p. 7).

São Paulo possui diversas regiões onde tem como predominância produtiva especializada fruticultura, porém há algumas destas que se pautam na produção de uma única espécie como o caso da região compreendida como o Vale do Ribeira. Sua produção é pautada na bananicultura e sua região possui predominância da participação da agricultura familiar inserida nesta cadeia (CHIODI *et al*, 2019).

A região é de elevada importância econômica, porém caracterizada com baixos índices de desenvolvimento. Chiodi et al (2019) aponta que o Vale do Ribeira diante de seu cenário precarizado, veio a se constituir como Território da cidadania, de modo a obter maior prioridade na implantação de políticas públicas direcionadas ao fomento e ao desenvolvimento regional.

A implantação desta cultura na região segue os mesmos preceitos dos casos citados por Bredariol (2022) e Hespanhol (2019), onde a alternativa para uma geração de renda foi a busca da produção de culturas alternativas. O caso da banana que abriu caminhos para a inserção da região na cadeia das frutas a serem direcionadas a intermediadores como agroindústrias e ao consumidor final.

Observado que há grande presença da agricultura familiar no campo paulista, com produção de importância econômica, social e ambiental dada suas características e relevância para a difusão de atuações com ênfase na agroecologia e no social. É de conhecimento que a categoria, necessita de atuação direta do estado na distribuição de crédito para investimentos em suas produções, por meio dos programas como o

Pronaf, PAA e PNAE que foram programas estratégicos para a continuidade do núcleo familiar paulista.

Dessarte, as características evidenciadas aqui nesta seção acerca da agricultura familiar, cumprem o que é proposto como o primeiro objetivo desta pesquisa, onde é possível verificar o seu estado da arte e o que é discutido pelos autores vinculados ao estudo da categoria inserida no campo paulista.

Haja vista que o exposto acima, promove informações que foram usadas para a continuidade desta seção de resultados, onde são abordadas as características dos agricultores(as) familiares por meio dos dados secundários fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

4 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO PAULO NAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

As informações contidas neste capítulo correspondem aos dados coletados no Sidra (IBGE, 2023), em que se buscou apresentar as características da agricultura familiar no Estado de São Paulo. A utilização de variáveis que permitem caracterizar a agricultura familiar nas três dimensões (ambiental, econômica e social) são consideradas importantes para a contextualização da pesquisa.

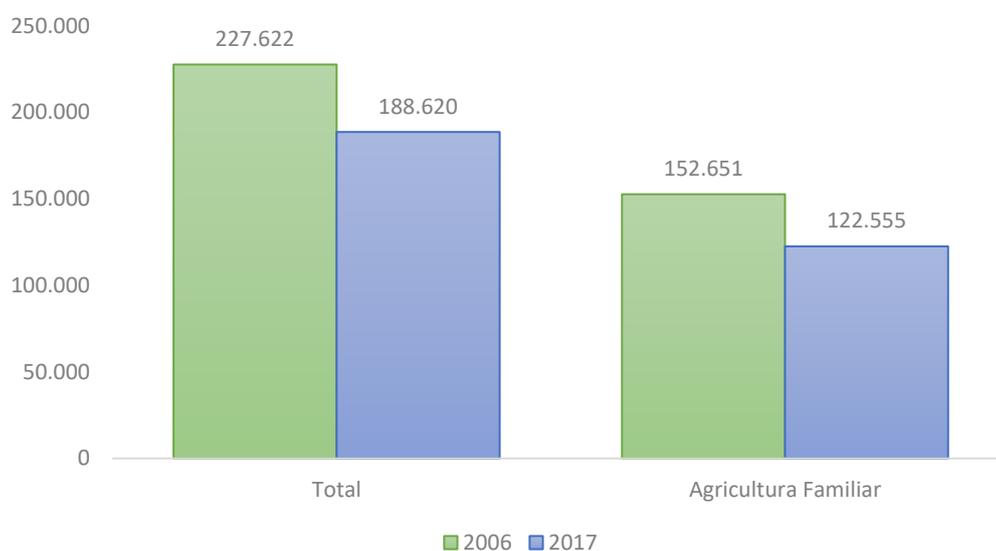
4.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

Abordar a questão econômica para a agricultura familiar consiste em evidenciar algumas das suas principais características. Neste ínterim são apresentadas informações sobre a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, área ocupada, atividades econômicas desenvolvidas e pessoas ocupadas. Como apontam Mesquita e Mendes (2012), a agricultura familiar desempenha um papel significativo para o meio rural, estimulando a diversificação produtiva, ampliando a capacidade de consumo de alimentos além de absorver a mão de obra.

Cabe destacar que os dados analisados nesta dimensão seguiram o recorte temporal das pesquisas realizadas pelo IBGE via censo agropecuário. Assim, foram utilizadas informações das pesquisas de 2006 e 2017.

A figura 6 apresenta o número total de estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo e os dados para a Agricultura familiar, para os anos de 2006 e 2017. Com base nos dados da figura é possível observar uma redução no número de estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo, com uma redução percentual de 17,13% entre 2006 e 2017. Já para a agricultura familiar a redução foi de 18,78% no número total de estabelecimentos para o período. Porém, enquanto em 2006 a categoria familiar correspondia a 66,3% do total de estabelecimentos, este percentual se contraiu para 64,97% no ano de 2017.

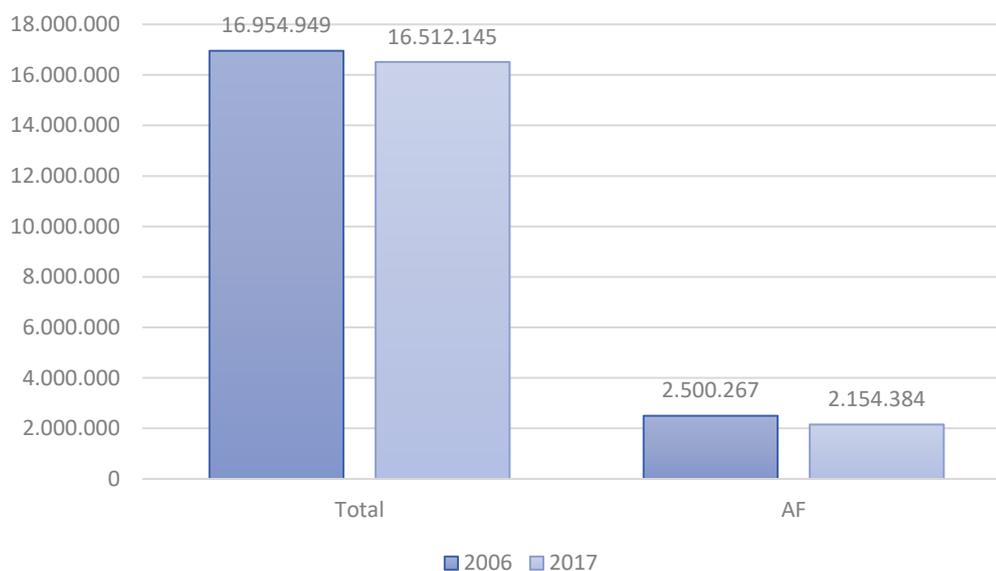
Figura 6: Número total de estabelecimentos agropecuários e representação da agricultura familiar paulista para os anos de 2006 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

A partir destes dados é possível averiguar se como a redução no número total de estabelecimentos agropecuários e aqueles da agricultura familiar influenciou a área ocupada por esta categoria. A figura 7 apresenta a evolução na área ocupada em hectares nos anos de 2006 e 2017 no estado em questão.

Figura 7: Área total dos estabelecimentos e da agricultura Familiar Paulista para os anos de 2006 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

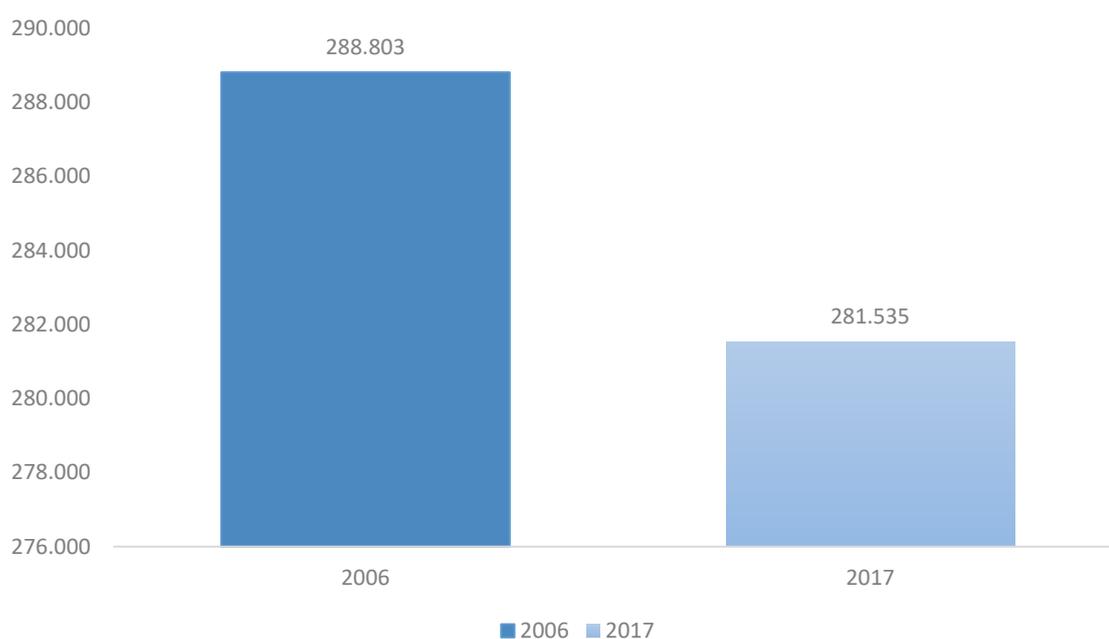
Os dados disponíveis no IBGE (2023) para a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017 indicam que houve uma redução em 2,6% na área total ocupada. Já na agricultura familiar esta redução foi de 13,8%. Esta categoria no ano de 2006 respondia por 14,7% do total de estabelecimentos agropecuários, tendo esta participação caído para 13,0% no ano de 2017.

Quando são comparados os dados da figura 6 e 7 e calculando a área média dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, constata-se que em 2006 esta média equivalia a 16,38 hectares (2.500.267 hectares para 152.651 estabelecimentos) área que aumentou para 17,58 hectares no ano de 2017 (2.154.384 hectares para 122.555 estabelecimentos).

Quando o olhar é direcionado para a participação da agricultura familiar de São Paulo em relação à totalidade do país, constata-se que em 2006 a categoria respondia por 2,95% do total de estabelecimentos agropecuários existentes. Já em 2017 este percentual passou a ser de 3,14%. Mostrando que a AF paulista obteve um aumento de sua participação diante o total nacional.

Após a exposição sobre número de estabelecimentos e área ocupada pela agricultura familiar, na figura 8 são apresentadas as informações sobre pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar nos anos de 2006 e de 2017.

Figura 8: Pessoas ocupadas nos estabelecimentos da AF no Estado de São Paulo em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

Os dados da figura 8 apontam que houve redução no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar em São Paulo. No ano de 2006 haviam 288.803⁹ pessoas atuando diretamente em suas unidades produtivas, sendo que em 2017 este número se reduz para 281.535, o que corresponde a uma redução de 2,52% no período. Relacionando o número de pessoas ocupadas por estabelecimento na agricultura familiar com os dados expostos na figura 6 constata-se que em 2006 havia 1,91 pessoas ocupadas para cada estabelecimento e em 2017 este número passou a ser de 2,3 pessoas¹⁰.

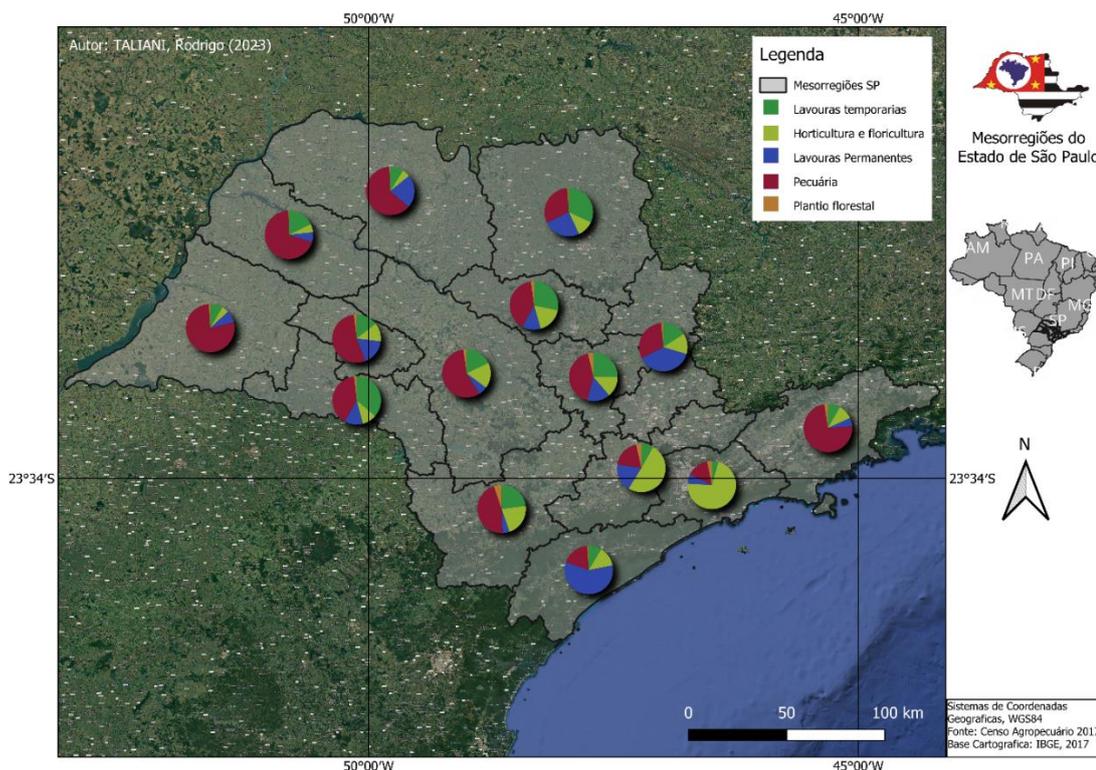
A partir das informações explanadas, infere-se que de 2006 a 2017, houve uma redução da área e número de estabelecimentos da AF, em contrapartida essa redução permitiu uma maior concentração de pessoas ocupadas dentro dos estabelecimentos agropecuários familiares. Estes dados vão ao encontro do que é mencionado por Mesquita e Mendes (2012), como a Agricultura familiar atuar como a geradora de empregos no meio rural contribuindo positivamente nas 3 dimensões (ambiental, econômica e social).

Posto isto, de modo a ilustrar como está distribuída a quantidade de pessoas ocupadas, a Figura 9 apresenta a composição da quantidade de pessoas ocupadas na AF por grupos de atividade econômica e por mesorregião do Estado de São Paulo.

⁹ Os dados referentes a pessoas ocupadas para 2006 são de origem da tabela do SIDRA (IBGE) Tabela 2848. E para 2017 a tabela de origem é a 6887.

¹⁰ Constatação evidenciada a partir da divisão do total de pessoas ocupadas pelo total de estabelecimentos (*PO/Total de estabs*) para ambos os períodos de análise

Figura 9: Pessoas ocupadas na AF por grupos de atividades econômicas nas mesorregiões paulista



Nos dados apresentados acima podemos verificar os grupos de atividades econômicas predominantes dentro da categoria da agricultura familiar são a Pecuária com 116.961 pessoas, Produção de lavouras permanentes (38.529) e temporárias (36.830)¹¹.

Deste modo, é possível verificar que há mesorregiões que apresentam maior concentração de pessoas ocupadas na categoria. Dentre estas podem ser citadas a Mesorregião de São Jose do Rio Preto e Presidente Prudente, as quais possuem a maior quantidade de pessoas ocupadas da agricultura familiar dentre todas as mesorregiões do Estado. Cada uma conta com 35.184 e 32.244 pessoas ocupadas, respectivamente, com laços diretos com o produtor atuando nas unidades produtivas familiares representando 23,95% do total de pessoas ocupadas no estado de SP para os dados de 2017.

Também para estas duas mesorregiões observamos que os grupos de atividade econômica predominantes são pecuária com ambas as mesorregiões ocupando cerca de 47.281 pessoas, seguidas da produção das lavouras permanentes

¹¹ Dados oriundos da tabela 6884 do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE).

com 10.389 pessoas e a última com mais pessoas ocupadas são as lavouras temporárias com 5.804¹².

Na sequência observamos as mesorregiões de Campinas e Itapetininga as quais ocupam, respectivamente, 21.685 e 21.259 pessoas representando 15,25% do total de pessoal ocupado para o estado atuando diretamente na pecuária (16.406), lavouras permanentes (9.107) e temporárias com (8.288).

Diante do exposto, podemos observar que na AF as pessoas ocupadas predominantemente estão distribuídas nestes três grupos principais de atividade econômica. Porém como a AF não é dada como homogênea e não estamos abordando nenhuma teoria novo clássica, para explicar a categoria, a figura 9, aponta que há três mesorregiões que possuem predominância produtiva nas atividades de Horticultura e Floricultura.

Estas atividades estão inseridas nas mesorregiões de Macro Metropolitana Paulista (19.503) e a Metropolitana de São Paulo (7.490), nas quais se observou que envolvem um total de 26.993 pessoas ocupadas de ou 9,59% do total de pessoas ocupadas para o estado (281.535) sendo que 15.213 estão alocadas na produção de horticultura e floricultura. Apresentando seguir por uma via diferente do observado no resto do estado paulista.

Sob a luz destes dados, podemos relacionar tais informações com o que é descrito por Del Fiori (2016), o qual menciona que a agricultura familiar se encontrou na produção diversificada de frutas o que veio a se tornar peça fundamental para sua manutenção e desenvolvimento, mas também não se afastando da agricultura tradicional como as commodities e a pecuária que ainda exercem um grande papel nesta categoria.

A partir da tabela 2 são apresentadas as informações sobre variações nos números dos estabelecimentos agropecuários paulistas levando em consideração os seus grupos de atividades econômicas, permitindo o entendimento acerca de quais atividades realizadas nas unidades produtivas familiares em que houve reduções em seus números.

¹² Optou-se por demonstrar apenas os grupos de atividades econômicas com maior destaque em termos de números de pessoas ocupadas, desta forma apresentou-se apenas os 3 grupos principais na análise detalhada dos resultados.

Tabela 1: Estabelecimentos da agricultura familiar por atividade econômica 2006 e 2017 no Estado de São Paulo

Grupos de atividade econômicas	AF 2006	AF 2017	Δ% AF¹³
Produção de lavouras temporárias	25.597	19.045	-25,60
Horticultura e floricultura	16.433	16.067	-2,23
Produção de lavouras permanentes	25.870	19.518	-24,55
Produção de sementes e mudas certificadas	214	242	13,08
Pecuária e criação de outros animais	82.397	64.656	-21,53
Produção florestal - florestas plantadas	1.244	2.617	110,37
Produção florestal - florestas nativas	477	192	-59,75
Pesca	39	50	28,21
Aquicultura	350	168	-52,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

Os dados disponíveis na tabela 2 nos permitem observar a variação na quantidade de estabelecimentos familiares dentre as atividades econômicas desempenhadas em suas unidades produtivas para o ano de 2006 e 2017.

Observamos por meio destes dados que a atividade predominante consiste na pecuária, seguida das lavouras permanentes e das lavouras temporárias. Neste sentido, vai ao encontro com o que Furtado (2007), aponta em sua abordagem sobre a agricultura de subsistência durante o período do ciclo do café, sobre como as origens da categoria se pautam em termos de atividades econômicas desempenhadas nas unidades produtivas até os tempos de hoje.

O Setor de subsistência, que se estendia do Norte aos extremos sul do país, caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada (FURTADO, 2007, p.177).

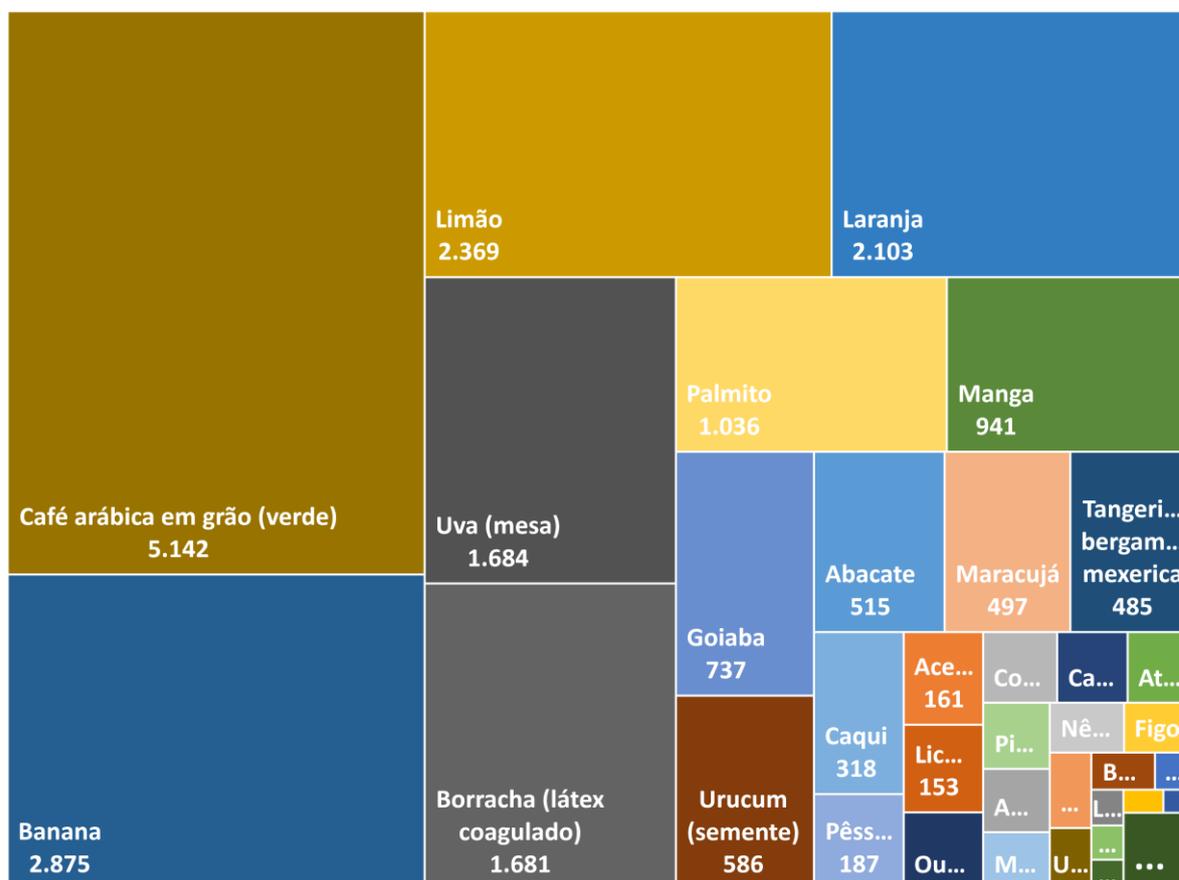
Ainda sob esta ótica e voltando aos dados, observamos que a AF não foi apenas pautada na pecuária como atividade econômica predominante, mas também há a produção das lavouras permanentes e temporárias que possuem a segunda e terceira maior fatias na composição da agricultura familiar.

Para complementar as informações sobre as atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar no Estado de São Paulo, na Figura 10 estão

¹³ Variação percentual da agricultura familiar em relação ao ano de 2006 com para 2017, verificando o quanto que houve de mudança em relação aos dados.

apresentadas as culturas de atividades permanentes desenvolvidas no ano de 2017 (IBGE, 2023) e número de estabelecimentos que praticam tais atividades.

Figura 10: Número de estabelecimentos por tipo de produção em lavouras permanentes da AF de São Paulo em 2017



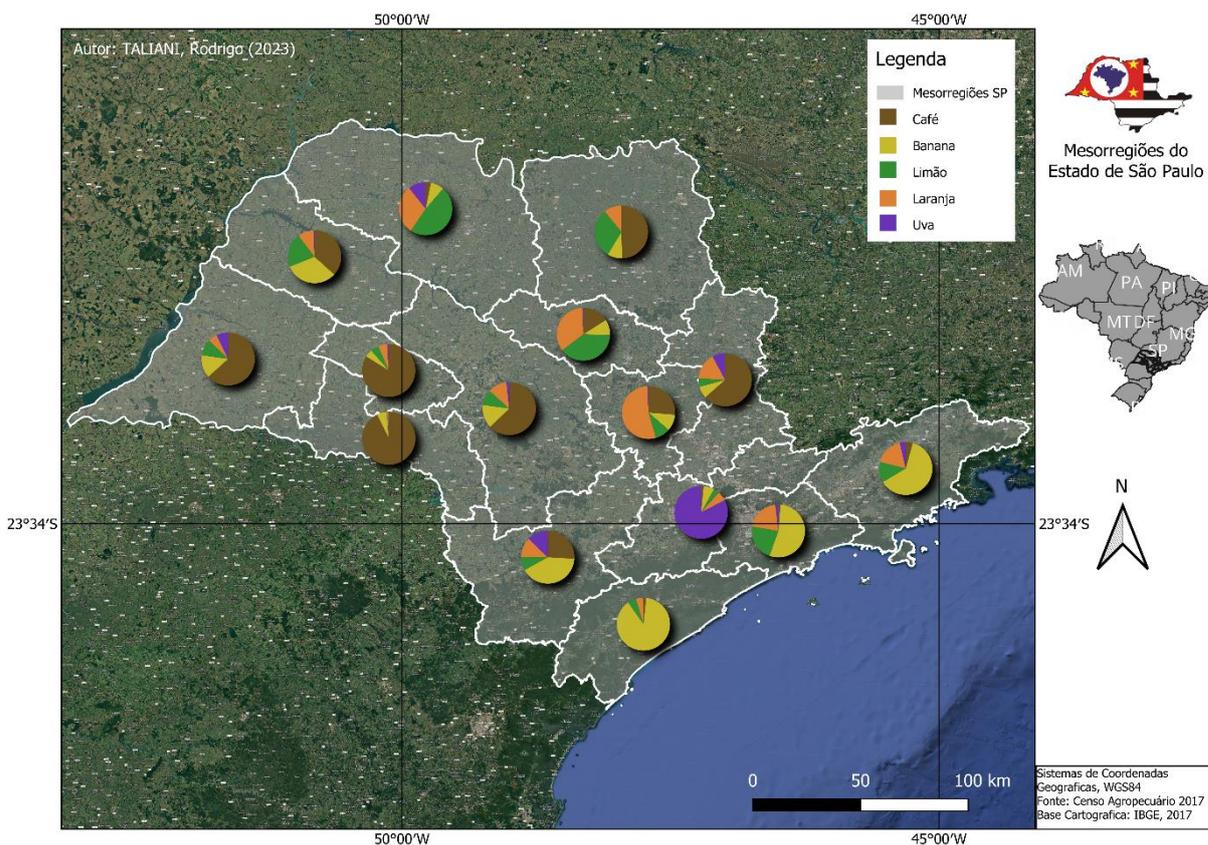
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

Nota-se que na AF de São Paulo ainda há um elevado número de estabelecimentos que atuam na produção de café, desenvolvida em 5.142 estabelecimentos. Em seguida está a produção de Bananas que conta com 2.875 estabelecimentos, Limão 2.369 e Laranja 2.103 estabelecimentos de agricultura familiar que estão atuando nesta tipologia de produção agrícola pelo estado.

Observando o que foi mencionado por Chiodi et al (2019), Souza e Bergamasco (2014) e Bredariol (2022), acerca da distribuição produtiva da agricultura familiar paulista, em que a AF Paulista, precisou se readequar após a queda da produção cafeeira em culturas alternativas e a fruticultura foi uma destas opções em que se observou êxito para esta categoria.

Isso posto foi elaborada a figura 11 com a intenção de ilustrar a forma como está distribuída a agricultura familiar pelo estado de São Paulo por número de estabelecimentos e por tipologia de cultura permanente implantada em suas unidades produtivas.

Figura 11: N° de estabelecimentos da AF por cultura permanente nas mesorregiões de SP em 2017



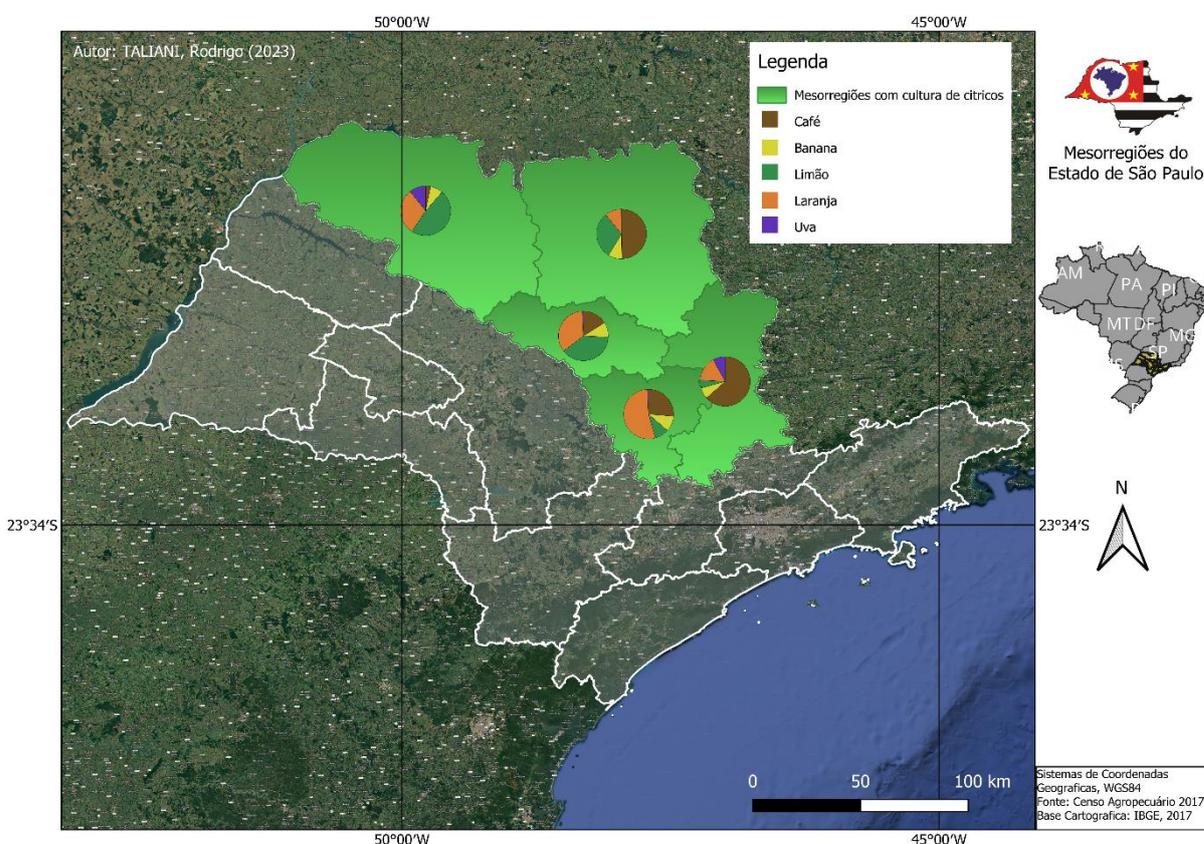
A partir das informações apresentadas na figura 11, valida-se a informação apresentada no diagrama da figura 10, em que o estado paulista ainda possui certa predominância na produção econômica do café tipo arábico, onde na AF foram identificados de 5.215 estabelecimentos ligados à cultura.

Em relação as mesorregiões o café está mais presente nas seguintes: Campinas com 2.194, Ribeirão Preto com 915, Assis 509, Presidente Prudente 449 e por fim Marília 328. Estas são as 5 mesorregiões mais representativas em termos desta cultura dentro do estado.

Esta constatação permite uma relação teórica direta com que Cano (2012), menciona acerca da cafeicultura, de que esta tipologia tinha um peso extremamente grande não só na economia paulista, mas sim na economia brasileira como um todo. O tornando enraizada meio rural paulista até os tempos recentes.

A partir desta primeira constatação podemos prosseguir com a visualização das outras mesorregiões nas quais há uma segunda cultura predominante, como o caso das mesorregiões de São Jose do Rio Preto, Campinas, Piracicaba, Ribeirão preto e Araraquara onde a produção de Laranjas e Limões tem grande representatividade. O Mapa da figura 12 apresenta estas mesorregiões e sua composição quanto ao número de estabelecimentos da AF por tipologia produtiva.

Figura 12: N° de estabelecimentos da AF nas mesorregiões do Estado de SP com destaque nas culturas de laranja e limão em 2017



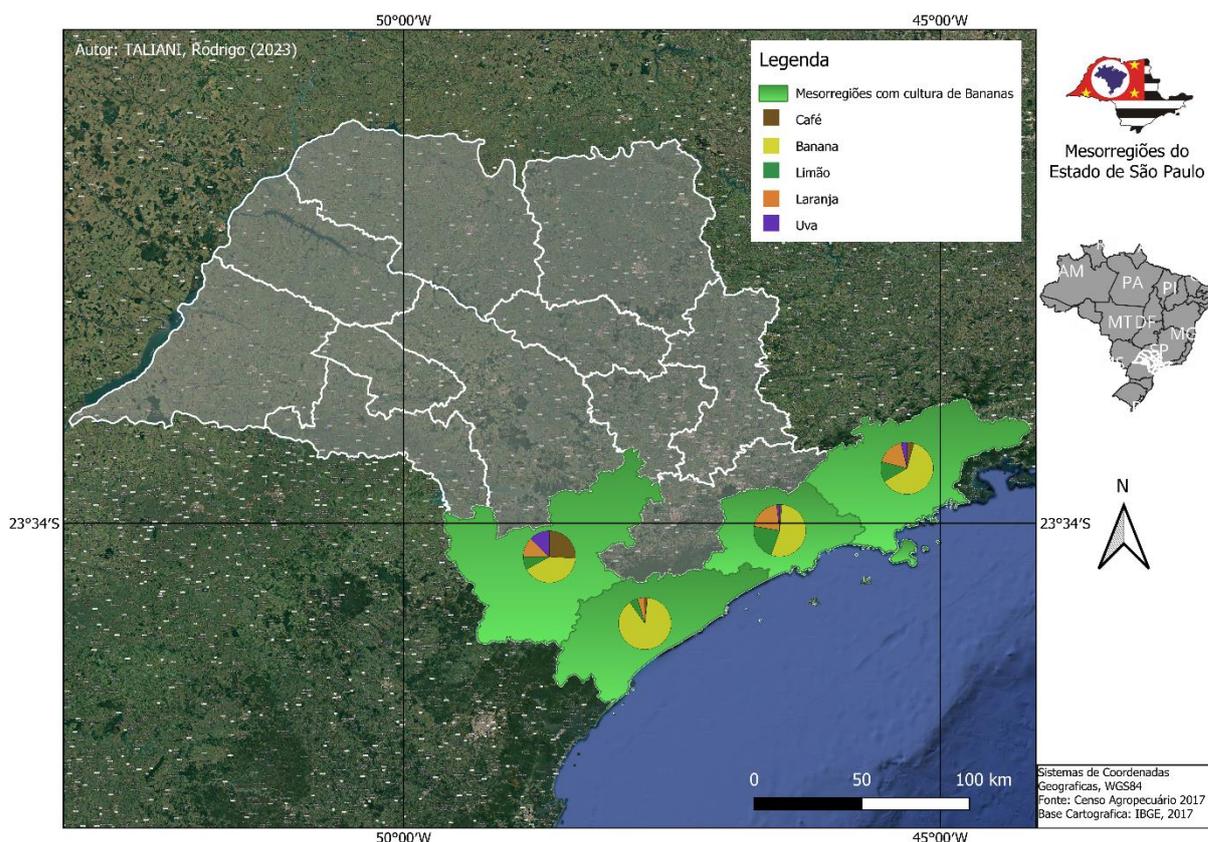
A partir das informações da figura 12, verificamos que para estas mesorregiões há predominância de duas culturas além do café como ocorre em Campinas e Ribeirão Preto, sendo elas laranja e limão. Estas duas culturas compõem 5.225 estabelecimentos da AF atuando nesta atividade econômica.

Indo ao encontro com a leitura da região realizada por Sauron e Hespanhol (2012), com os dados do censo agropecuário de 2006, em que se verifica para esta região a predominância da produção de culturas da fruticultura, viticultura e a Laranja.

Outrossim, tais dados nos permitem analisar que há outras mesorregiões que obtiveram destaque na produção de outras lavouras permanentes, como o caso do

Litoral Sul Paulista, Itapetininga, Metropolitana de São Paulo e o Vale do Paraíba Paulista. Estas seguiram por uma via alternativa na produção, focando os esforços na atividade econômica da fruticultura mais precisamente a bananicultura. Informações representadas pela figura 13 exposta abaixo.

Figura 13: Nº de estabelecimentos da AF nas mesorregiões do Estado de SP produtoras de banana em 2017

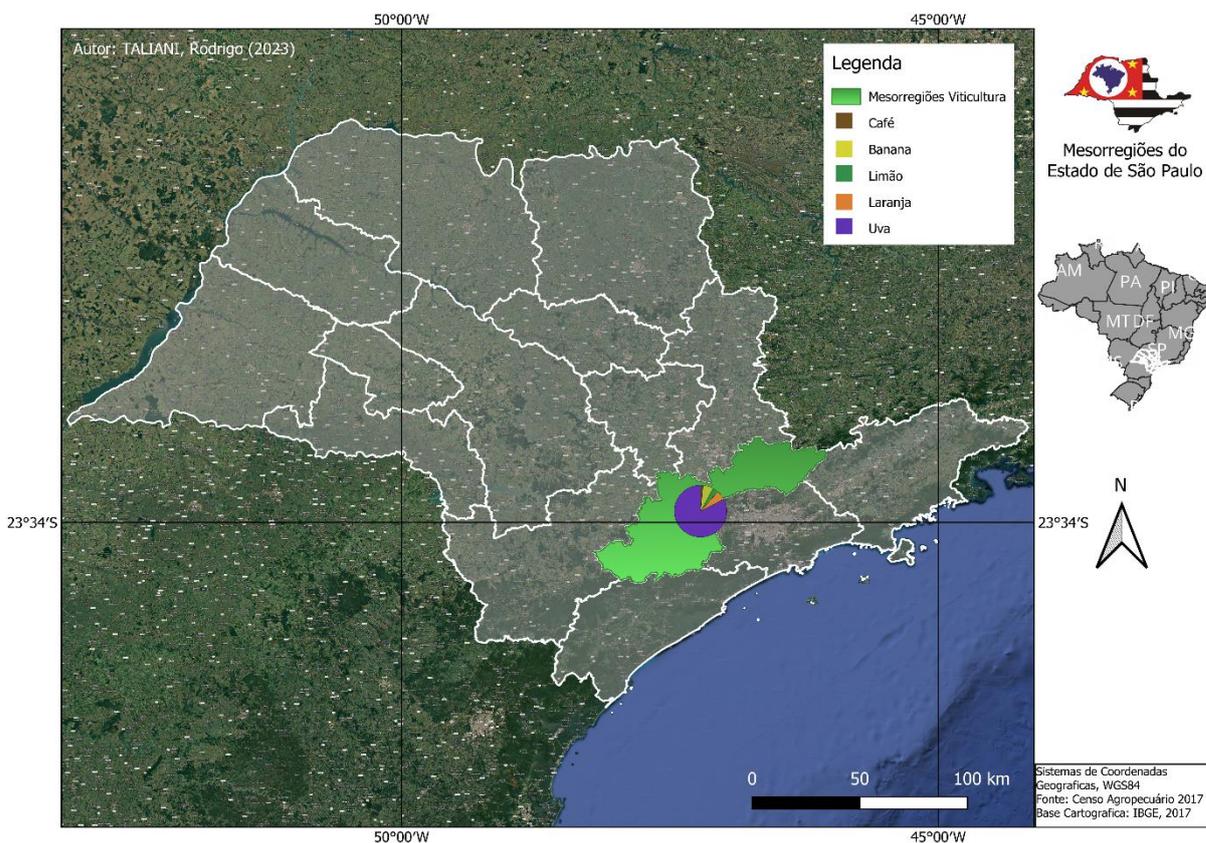


A mesorregião Vale do Ribeira ou Vale Bananeiro Chiodi *et al* (2012) se caracteriza por compor um território da cidadania o, no qual se localizam 21 municípios da parte paulista¹⁴. E como mencionado anteriormente a AF para esta mesorregião se pautou quase que exclusivamente na produção de bananas nas regiões de serra ali existentes próximas ao nível do mar paulista. Os dados do IBGE (2017), indicam que há 3.175 estabelecimentos identificados como AF na produção da Banana, mais especificamente a do tipo nanica de acordo com Chiodi *et al* (2012).

¹⁴ O vale do Ribeira, é composto por 31 municípios onde temos 21 paulistas e 9 do Estado do Paraná, onde estes são: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

E por fim destacamos a viticultura a qual está presente em apenas uma mesorregião a Macro Metropolitana Paulista representada pela figura 14, junto de sua composição de estabelecimentos da AF por cultura permanente.

Figura 14: Nº de estabelecimentos da AF na mesorregião Macro Metropolitana Paulista produtora de Uva em 2017



A viticultura paulista desenvolvida pela agricultura familiar de acordo com os dados coletados do IBGE (2017), aponta a Mesorregião Macro Metropolitana Paulista como aquela que mais concentra produtores familiares de uvas com cerca de 994 estabelecimentos atuando ativamente neste tipo de produção.

Esta informação indica uma região em que após a queda do café, viu potencial econômico na fruticultura, adaptando-se completamente a uma produção alternativa. De acordo com Bredariol (2022), acerca de sua observação de municípios que participam do circuito das frutas, em que alguns pertencem a macro metropolitana paulista, onde se especializaram na produção de diversas frutas como morango, caqui, pêssegos, goiabas e a uva.

A cultura da uva paulista, nas palavras de Bredariol (2022), aponta que esta fruta veio a ser a primeira a ser produzida em larga escala na região, impulsionada

pelos imigrantes portugueses ali estabelecidos após a queda do modelo cafeicultor paulista.

A partir das informações exploradas acima, nos promoveu um olhar sistemático acerca da AF e sua atuação diante da matriz produtiva agrícola diversificada. Abordar as 5 principais atividades econômicas agrícolas da categoria já nos permite levantar hipóteses ou questionamentos sobre como está distribuído o capital humano destas unidades ou qual é o nível de pessoas ocupadas nas unidades produtivas familiares no estado.

Assim como aponta Schneider (2003), acerca da pluriatividade da agricultura familiar, a qual se dá como uma forma social de produção de trabalho rural, em que também investe esforços em diversas outras atividades econômicas produtivas que possuem também uma relação com o desenvolvimento rural.

Desta forma, analisamos com maior nível de detalhes as características da agricultura familiar no que diz respeito a sua ótica econômica, expondo a forma como está organizada e distribuídos seus números de estabelecimentos, área de suas unidades produtivas e o pessoal ocupado. Interrelacionando-os com dados acerca de suas culturas permitindo observar e analisar de forma sistêmica a composição da AF no território do estado paulista.

Isso posto, analisar a AF apenas sob a ótica econômica é superficial, visto que os dados que temos a nossa disposição limitam o nível de granularidade a ser analisado. Por este motivo são trazidas na sequência do texto as dimensões social e ambiental.

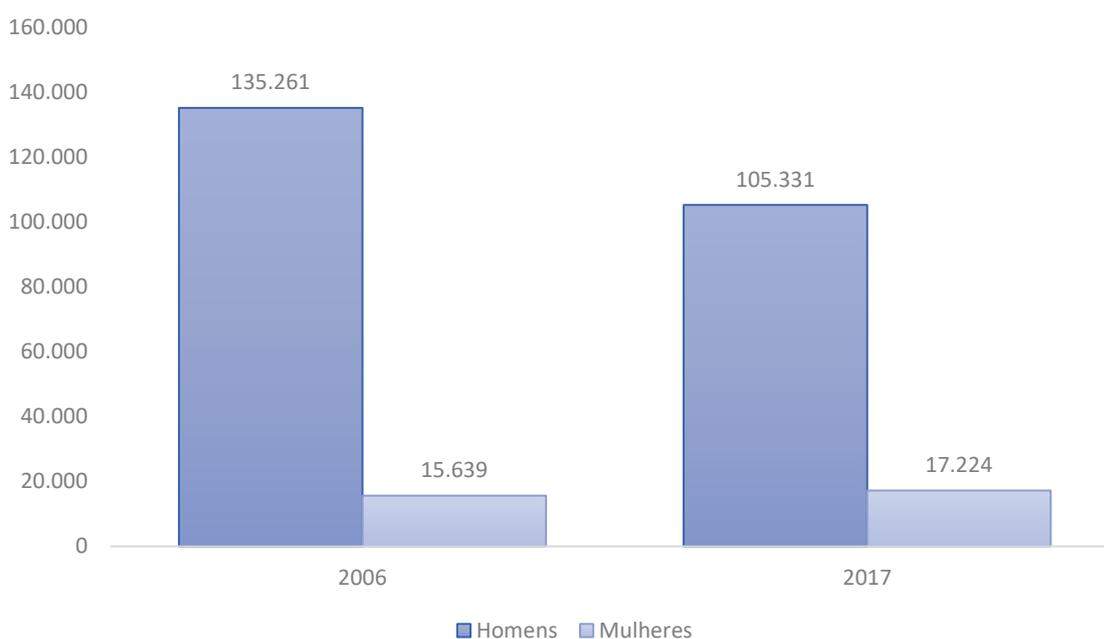
Portanto, a próxima subseção fará tal abordagem, validando os dados acerca da AF a partir de sua existência no âmbito social, observando dados como a faixa etária dos produtores e grau de escolaridade.

4.2 DIMENSÃO SOCIAL

Para analisar a AF é importante ressaltar que ela não é apenas composta de dados econômicos, mas principalmente de informações sociais que permitem maior embasamento para estabelecer hipóteses em conjunto das verificações previamente executadas.

Outrossim, na seção atual estão expostos dados coletados acerca da AF com um olhar mais ao social a pessoa caracterizada como produtor(a). Verificando o número de estabelecimentos por nível de instrução e o número de estabelecimentos por faixa etária do produtor rural. Na figura 15 está informada a distribuição por gênero de quem dirige os estabelecimentos para os anos de 2006 e 2017.

Figura 15: Nº de estabelecimentos da AF no estado de SP, por gênero do produtor que atua na direção para os anos de 2006 e 2017

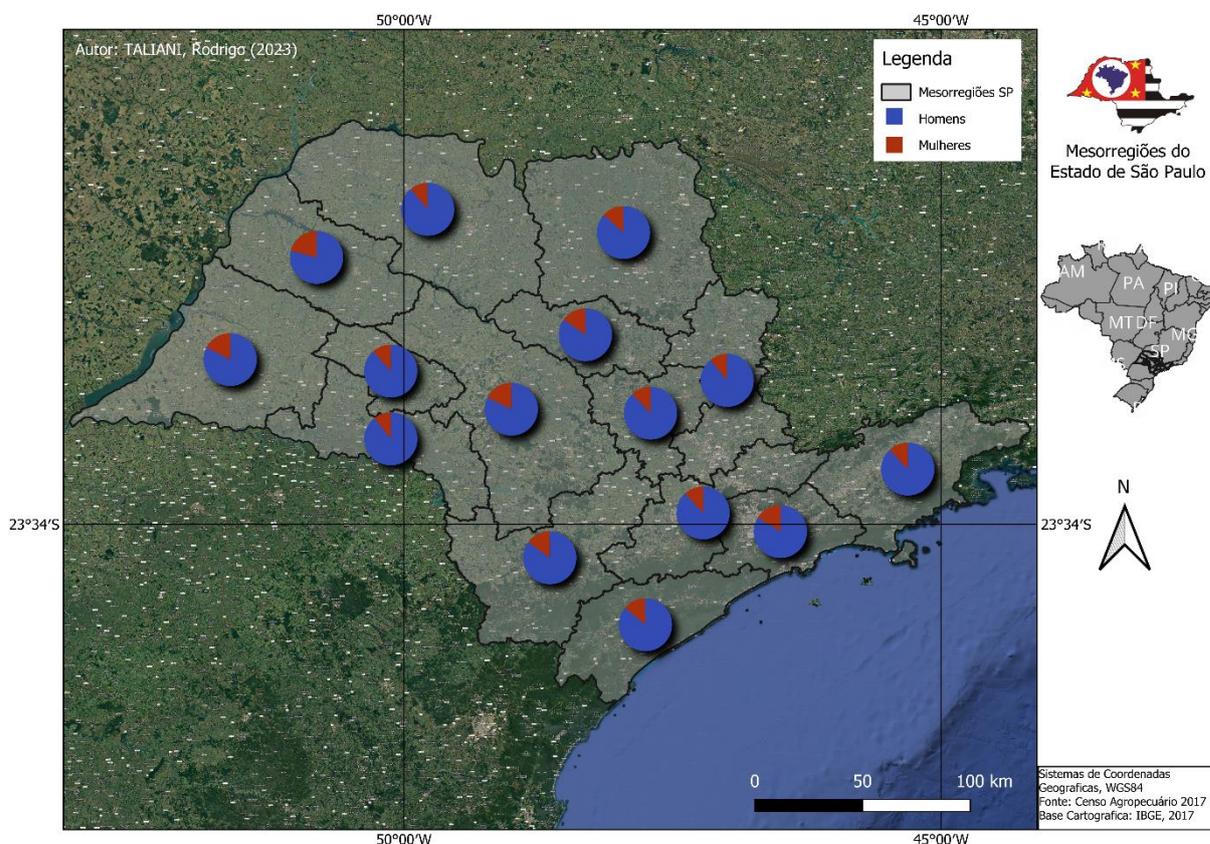


Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

Sob a luz destas evidências verificamos que o número de estabelecimentos agropecuários da AF nos quais os homens são dirigentes apresentou redução enquanto cresceu o número daqueles dirigidos por mulheres. Em 2006 era de 135.261 estabelecimentos geridos por homens e em 2017 passou a ser 105.331, correspondendo a uma redução de 22,13%. Enquanto isso, os estabelecimentos em que as mulheres eram as dirigentes passou de 15.639 para 17.224, o que indica um crescimento de 10,13% naqueles em que as mulheres são aquelas quem dirigem.

De modo a ilustrar como está estruturada a composição da AF em referência ao gênero, foi elaborado um mapa (figura 16) que expressa a informação do número de estabelecimentos da AF por gênero que dirige o estabelecimento em cada mesorregião paulista.

Figura 16: Nº de estabelecimentos da AF conforme o gênero que atua na direção nas mesorregiões paulistas para o ano de 2017



Sob a luz das informações apresentadas pelo mapa elaborado na figura 16, observamos qual a fatia da AF por gênero e isso evidencia de forma clara a predominância do sexo masculino neste ramo de atividade em que de 85,9% dos estabelecimentos são dirigidos por homens enquanto 14,05% têm mulheres à frente da gestão.

Esta predominância ou a masculinização do campo tem como um dos fatores o movimento de êxodo rural, em que de acordo com Camarano (2009), as mulheres têm seguido um nível de êxodo do campo maior do que os homens durante as décadas de 50 a 80. Em conjunto com o processo de modernização da agricultura movimento que promoveu de maneira negativa um afastamento da mulher das atividades produtivas do campo (BRUMER, 2004).

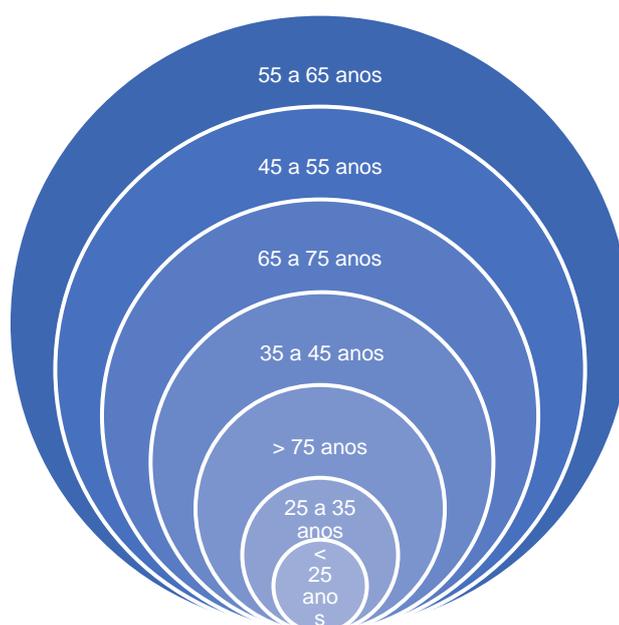
Se analisarmos a nível de mesorregião em referência ao sexo masculino as duas que mais possuem estabelecimentos dirigidos por eles são a de São Jose do Rio Preto com 18.539 estabelecimentos e Presidente Prudente com 13.371. Em relação aos estabelecimentos dirigidos pelas mulheres observamos maior presença delas nestas mesmas mesorregiões com 2.295 e 2.815 respectivamente.

Os dados expostos na figura 16 nos dão uma dimensão sobre como está estabelecida a AF em um âmbito social, mostrando como estão situados os produtores por gênero e como isso está composto a nível de mesorregiões paulistas. Apontando o gênero feminino como a agente que está na contramão do movimento de retração da categoria como observado nas análises mais econômicas na subseção anterior. Pois foi observado por meio dos dados na figura 15 que o número de estabelecimentos da AF onde o homem é o dirigente se reduz de 2006 para 2017, enquanto nas mulheres foi verificado um crescimento em seus números.

Tais informações abordadas nos abrem um leque de análises a serem efetuadas de modo a acrescer as características sociais da AF paulista, se faz coerente entender como estão segmentadas as unidades produtivas por faixa etária e por nível de instrução. Informações estas que abrem espaço para uma seara acerca do campo estar concentrando quais faixas etárias e qual o grau destes que ainda permanecem no campo.

Neste contexto, a figura 17 faz um detalhamento acerca das faixas etárias da agricultura familiar paulista, agrupados de acordo com a quantidade de estabelecimentos por faixa etária. Promovendo uma visão da composição etária da categoria.

Figura 17: Composição das faixas etárias de acordo com o número de estabelecimentos da AF em São Paulo para 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023).

A agricultura familiar paulista é predominantemente composta por produtores(as), com idade a partir dos 45 até 75 anos de idade em que estas faixas somam 86.914 estabelecimentos dos 122.555 totais, representando 70,92% do total de estabelecimentos da AF paulista.

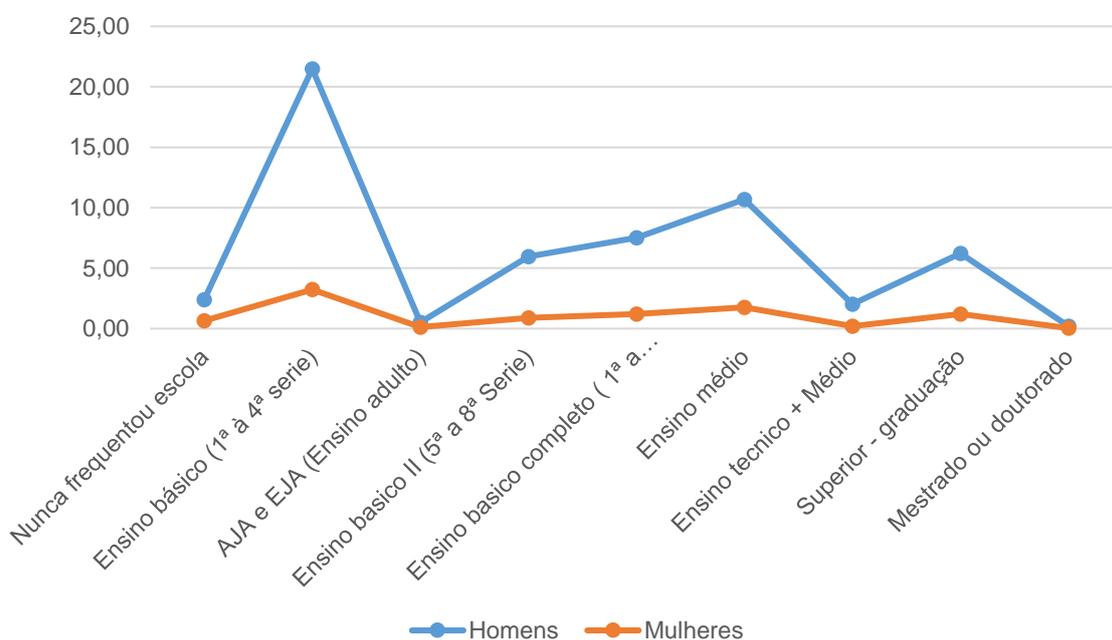
É visto que o percentual de participação das faixas etárias mais jovens é composto por 18,16% para as faixas abaixo dos 45 anos até os menores de 25 com 22.257 estabelecimentos. Estes números indicam haver baixa presença de jovens envolvidos nos estabelecimentos e produção familiar.

O maior número de produtores com idades mais altas confirmam a ocorrência de um envelhecimento na agricultura familiar movimento abordado por Buainain (2006) que a emigração de jovens se deu por conta da falta de oportunidades de trabalho no meio rural, o que compromete a sucessão das atividades econômicas ali realizadas. Visto que são os jovens aquela parte da população que constitui a força renovadora para o desenvolvimento e reprodução social da categoria (BOSCARDIN; SPANEVELLO, 2018).

Desse modo observamos que tal redução dos números da AF podem vir a ser resultado de um efeito etário, que afeta diretamente o número de estabelecimentos. Este efeito deve ser relativamente baixo apenas atuando de maneira significativa em conjunto dos demais fatores econômicos que pressionam a retração da categoria.

Mas de todo modo, este levantamento também permite a inserção de outros detalhamentos sobre esta população inserida, que é um questionamento de suma importância e sua demonstração aqui permite a formação de mais hipóteses acerca da categoria. Dentre os estabelecimentos da AF a figura 18, cumprirá o papel de expor de o grau de instrução observado nos estabelecimentos agropecuários da AF para o ano de 2017.

Figura 18: Número de estabelecimentos da AF por sexo e grau de escolaridade do produtor que dirige o estabelecimento em São Paulo para 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

A figura 18 indica o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar por grau de instrução em cada gênero. Os dados apontam baixo nível de instrução tanto para homens quanto para as mulheres. Em 45.678 estabelecimentos da AF, ou 24,72% do total da AF, o nível máximo frequentado corresponde ao ensino básico concluído que compreende a 1ª a 4ª série do ensino fundamental antigo.

No contexto da alta concentração de pessoas com baixo nível de escolaridade de acordo com o que Paula Júnior (2020) destaca é necessário um movimento que eleve os níveis de escolaridade dos povos no campo, de modo que isso possibilite o uso e apropriação de conhecimentos e tecnologias, visto que o campo atualmente se encontra em um momento de digitalização. Esta digitalização tem se mostrado útil e importante por exemplo para a ampliação do acesso aos mercados consumidores por parte dos agricultores familiares.

Ainda nesta temática, Buainain (2006) e Silva et al (2022) aborda que o atraso na escolaridade das pessoas que vivem no campo, inibe de maneira considerável atuações que visam processos de desenvolvimento rural e regional e a adoção de práticas de cunho agroecológico por estas necessitar de mais ações e correções se tornando mais exigentes do que a tecnologia convencional empregada na agricultura.

Neste sentido, com base em Sen (2010) é possível afirmar que baixos níveis de escolaridade dos agricultores dificultam seu entendimento acerca de informações técnicas ou contextuais, coibindo a adoção de processos que poderiam incrementar de maneira positiva sua unidade produtiva, como aumento das capacidades produtivas, comerciais ou até mesmo na obtenção de recursos oriundos de políticas públicas.

A partir dos dados apresentados observamos que há um grupo importante de produtores que possuem o ensino médio (12,45%) ensino superior (7,45%) e pós-graduação (0,23%). Indicando que temos uma parcela da população da AF com graus mais elevados de instrução no meio rural. Sendo estes possíveis atores na adoção de modelos de produção com maior enfoque agroecológico em suas unidades produtivas, por exemplo.

A próxima seção explorará a dimensão ambiental em que se encontra a AF em São Paulo para 2017, evidenciando os estabelecimentos que atuam na produção com enfoque agroecológico e sustentável, quais são aqueles que atuam em uma produção com maior ação de agroquímicos e como estão distribuídos os recursos hídricos na categoria situada no meio paulista.

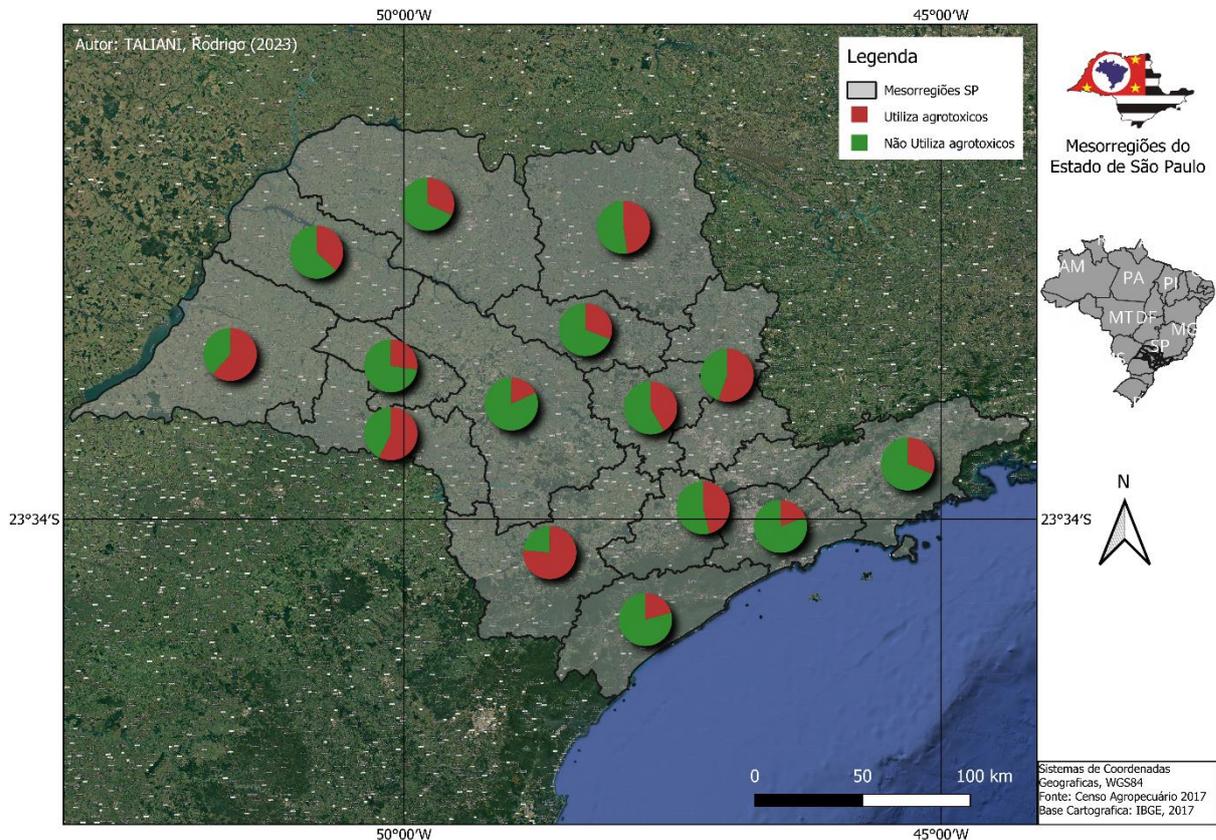
4.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

Nesta etapa sera expostas as informações das unidades produtivas familiares de acordo com os dados da Agricultura Familiar no Censo agropecuário de 2017. Na seção se busca evidenciar como está a questão de uso de agrotóxicos dentro dos estabelecimentos da AF e observar quais são aqueles estabelecimentos que fazem uso de produção orgânica.

De modo a corroborar a afirmação de Mattei (2014), acerca do papel ecológico da agricultura familiar, onde ela cumpre o papel de estabelecer sistemas produtivos com base na biodiversidade, fomentando caminhos para a construção de um desenvolvimento rural sustentável.

Na figura 19 são informados dados sobre as unidades produtivas agrícolas familiares que durante o censo de 2017, declararam fazer algum tipo de uso de agroquímico em suas culturas no desempenho de suas atividades econômicas.

Figura 19: Nº de estabelecimentos da AF e utilização ou não de agrotóxicos 2017 em SP



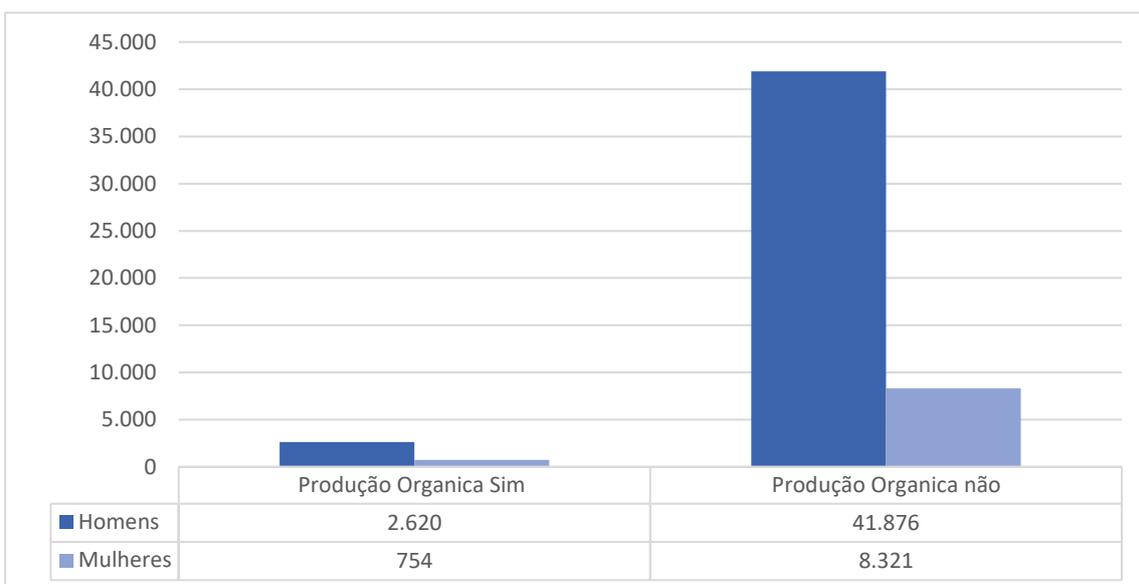
No estado de São Paulo, podemos observar que em grande parte das mesorregiões se identifica que há estabelecimentos da AF que declara ter feito uso de agrotóxicos ao desempenhar suas atividades econômicas. Em cinco mesorregiões o número de estabelecimentos que informou fazer uso de agrotóxicos em 2017 foi superior àqueles que informaram não usar. Estas mesorregiões foram Campinas (5.491), Itapetininga (4.879), Presidente Prudente (3.669) e Assis (2.663).

Tal informação nos é importante pois podemos relacionar tais mesorregiões, com suas atividades econômicas predominantes, onde em referência as figuras 9 e 11 observamos que para tais há grande participação das atividades de pecuária e de lavouras temporárias e permanentes.

No que diz respeito à produção, observamos por meio dos dados do IBGE (2017), que para as mesorregiões mencionadas acima, verifica-se que há grande participação de culturas relacionadas as commodities e produtos encontrados nos mercados como, Cana de Açúcar, Feijão de cor em grão, Mandioca, Milho em Grão e Soja em Grãos.

Diante do exposto acima, podemos relacionar e demonstrar os dados sobre utilização de agrotóxicos para a presença de produção orgânica. Podemos relacionar tal informação com alguns dados da dimensão social, criando a figura 20 que demonstra o número de estabelecimentos da AF por gênero que fazem produção orgânica em seus estabelecimentos.

Figura 20: Nº de estabelecimentos da AF por gênero e que fazem ou não produção orgânica

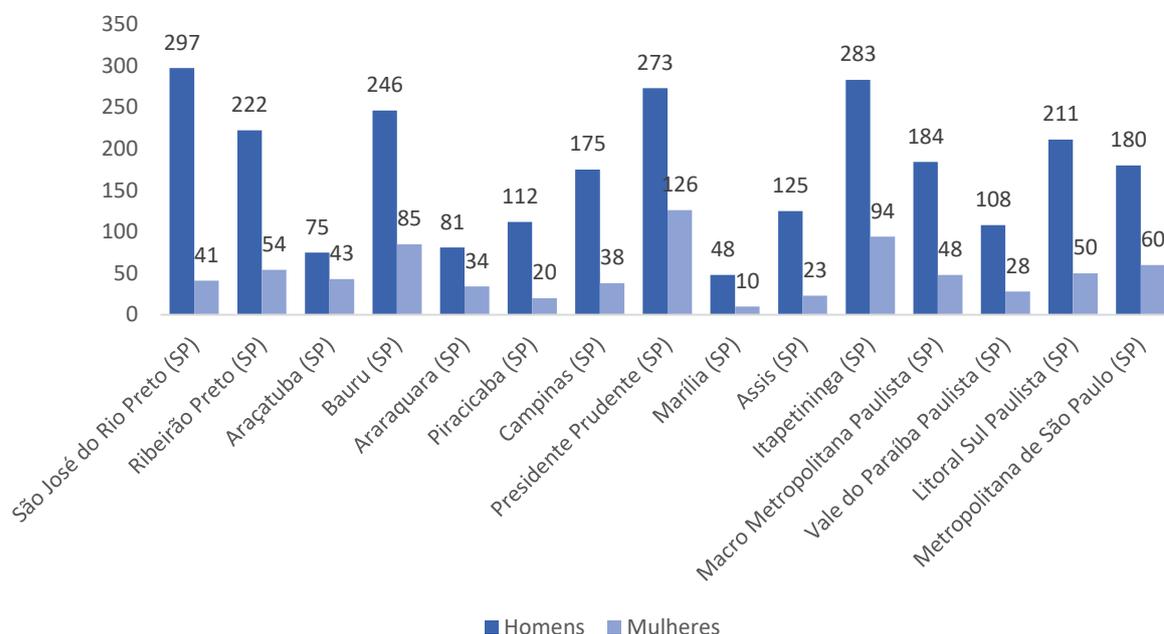


Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

A partir destes dados, podemos verificar que há uma pequena parcela dos estabelecimentos da AF que realmente atuam com a produção orgânica em seus estabelecimentos, onde quando verificado seu total daqueles que fazem uso de produção orgânica em comparação com o total da agricultura familiar paulista (122.555), observamos que a parcela declarada é de 2,75% ou (3.374) estabelecimentos. Sendo esta tipologia de produção mais predominante até entre as mulheres a adoção de produções mais convencionais em suas unidades produtivas (IBGE, 2017).

Isso posto, com base nos dados acima podemos detalhá-los um pouco mais, partindo para uma abordagem mais geográfica, mostrando as mesorregiões paulistas e a quantidade de estabelecimentos que fazem uso de produção orgânica por sexo do produtor.

Figura 21: Nº de estabelecimentos da AF por gênero que faz produção orgânica por mesorregião paulista



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2023)

Com base nas informações expostas via figura 21, observamos que ainda o âmbito da produção orgânica dentro das unidades produtivas familiares, segue o padrão da masculinização identificada no campo e abordado por Camarano (2009).

A partir do exposto, observamos que diante das mesorregiões paulista, há algumas que se destacam mais em relação a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que praticam a produção orgânica em seus estabelecimentos. Isso posto foi elaborada uma tabela que elenca as mesorregiões que se destacaram nesta temática abordada.

Tabela 2: Mesorregiões paulistas da AF com mais estabelecimentos que realizavam produção orgânica em 2017

Mesorregiões	Nº de Estabs
Presidente Prudente (SP)	399
Itapetininga (SP)	377
São José do Rio Preto (SP)	338
Bauru (SP)	331
Ribeirão Preto (SP)	276

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2023)

Relacionando as mesorregiões vinculadas à tabela 2 com os dados expostos na figura 11 da dimensão econômica da agricultura familiar paulista, podemos verificar quais são as culturas de lavouras permanentes executadas para estes recortes geográficos. Nestas culturas estão a produção de café a fruticultura e viticultura em menor escala (IBGE, 2017).

Tais informações nos apresentam de modo geral que a AF constitui um papel relevante na adoção de práticas mais voltadas para a sustentabilidade, buscando o não uso de químicos em suas produções conforme mencionado por Ehlers (2008), acerca da AF e sua relação direta com atuações voltadas ao meio sustentável

Assim é notável que a AF tende a continuar a desempenhar este papel relevante, mesmo que exista uma parcela que segue na contramão do processo de uma agricultura mais sustentável no meio rural paulista.

Portanto, a partir dos dados expostos nas três dimensões que a AF contempla, conseguimos, cumprir um dos objetivos desta pesquisa, que na qual englobava o levantamento das características da agricultura familiar paulista levando em consideração dados do censo agropecuário de 2006 e do censo de 2017. Possibilitando um entendimento acerca do estado da arte da categoria, verificando suas mudanças entre pesquisas.

A partir do exposto, os resultados indicam que não temos uma leitura muito otimista da categoria, ainda mais quando realizamos uma comparação direta com dados de 2006, mas algumas constatações principalmente acerca da população ocupada no campo ser verificada como mais concentrada em 2017 do que em 2006.

Verificando um aumento no número de estabelecimentos onde a mulher é a dirigente, nos traz perspectivas mais positivas de que num longo prazo esse cenário de queda nos números da AF possa vir a serem outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar paulista, diante do exposto nesta pesquisa, nos apresentou características muito interessantes e permitiu constatar particularidades até sob um olhar nos dados do Censo Agropecuário. Observamos como ela se distribuiu e como os fatores históricos foram determinantes para sua estrutura atual.

Sob o território do estado paulista, notamos uma agricultura familiar diversificada, atuando nos mais diversos ramos da agricultura, muitos destes resultantes das quebras dos ciclos econômicos que se deram durante a nossa história, permitindo com que esta categoria se expandisse e apresentasse os números que observamos nas seções anteriores.

A presente pesquisa objetivou desde o início abordar as características da agricultura familiar paulista com base nas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais, utilizando como base prévia de discussão a temática da agricultura familiar em São Paulo por meio da aplicação da metodologia da revisão integrativa (Ver subseção 2.3) de maneira que possibilitou maior detalhamento das características da categoria. Posteriormente foram utilizados os dados dos Censos agropecuários de 2006 e de 2017.

Após a aplicação da metodologia, observou o número de estudos localizados que foi baixo relacionado sobre a temática da agricultura familiar no estado paulista. E se identificou que as pesquisas coletadas acerca da temática da agricultura familiar em São Paulo, são em maior quantidade pesquisas onde se analisam políticas públicas como o caso do PRONAF e PAA, questões relacionadas ao desenvolvimento rural. o número de estudos localizados foi baixo tratando sobre a temática da agricultura familiar no estado paulista.

A partir dos dados dos censos agropecuários destacamos para a agricultura familiar paulista a produção de lavouras permanentes, como a questão das frutas que constituiu a rota turística do “circuito das frutas” e o “vale bananeiro” ambiente este que promoveu um desenvolvimento ao meio rural uma vez que pode estar contribuindo para a geração de trabalho e renda às famílias ali instaladas.

Os dados coletados da agricultura familiar em conjunto com as literaturas levantadas pela revisão integrativa, possibilitando um diálogo com a teoria,

enriquecendo assim os resultados apresentados dando uma maior compreensão do contexto abordado.

É observado que o abordado por esta pesquisa levanta que ainda há muito a se evidenciar acerca da categoria em São Paulo, onde se é possível dar continuidade neste mapeamento se direcionando a uma menor granularidade de informação, indo a nível de municípios ou territórios da cidadania de modo a buscar as características da AF nestes, criando mapas temáticos e análises, contribuindo para o arcabouço das literaturas.

Haja vista que esta discussão não se encerra aqui, ela é um ponto de partida para outras análises e desdobramentos acerca desta temática. Visto que a ela não pode ser vista apenas sob uma única ótica, por conta disso ainda é preciso expandir os horizontes do conhecimento de maneira que seja possível agregar mais a esta linha de pesquisa dentro dos estudos sociais aplicados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005**. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/530600/1/document_530600.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros, Agricultura familiar e relações entre campo e cidade: o caso de um pequeno município do estado de São Paulo/Brasil / Family agriculture and field-city relations: the case of a small municipality in the state of São Paulo/Brazil, *Geografia em Atos (Online)*, v. 4, n. 11, p. 80–99, 2019.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006**.
- BLOISE, Denise Martins. **A importância da metodologia científica na construção da ciência**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959
- BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M. Dinâmica demográfica da população rural: um estudo de caso na microrregião e município de Frederico Westphalen/RS. *Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria*, v. 25, n. 2, p. 73 – 91, abr./jun. 2018.”
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011**.
- BRASIL. Decreto Nº 1.946. 28 de junho de 1996. Disponível em <planalto.gov.br>. Acesso em: 21 ago 2022.
- BRASIL. Decreto Nº 11326. 24 de julho de 2006. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 11 nov 2022.
- BRASIL. Decreto Nº 9064. 31 de maio de 2017. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm>. Acesso em: 28 jun 2023.
- BROME, M. E, Integrative literature reviews for the development of concepts. In BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205–227, abr. 2004.
- BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate. v. 5, n. 1, p. 135, 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARGO, F. P. de et al. Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2020/21, Junho de 2021. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 1-16, 2021. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=15947#:~:text=O%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,%2C2%25%20na%20%C3%A1rea%20plantada>. Acesso em: 03/05/2023.

CANO, Wilson, DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: Transição rumo à crise e à industrialização no Brasil, v. 16, n. 1, p. 79–90, 2012.

CHIODI, Rafael Eduardo; ALMEIDA, Gustavo Fonseca de; ASSIS, Luiz Henrique Bambini O Mercado Convencional da Banana: sujeição da agricultura familiar no Vale do Ribeira-SP, Desenvolvimento em questão, v. 18, n. 50, p. 146–165, 2020.

DEL FIORI, D. Agricultura familiar no estado de são paulo: caracterização e problemas. Nexos Econômicos, v. 10, n. 2, p. 83–114, 2016.

DEMO, Pedro, 1941- Metodologia científica em ciências sociais/ Pedro Demo. – 3.ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of management Review*, 14(4), 532-550.

EHLERS, E. O que é agricultura sustentável. São Paulo: Brasiliense, 2008. 92p.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

GASSON, Ruth e Errington, Andrew (1993) - The farm family business - **Wallingford, Cab International**.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo, Agricultura familiar e dinâmica rural no município de Urânia-SP: limites e possibilidades para a reprodução social, Campo-território, v. 7, n. 13 Fev., p. 228–247, 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em julho de 2022.

HADDAWAY NR, Macura B, Whaley P, and Pullin AS. 2017. ROSES flow diagram for systematic maps. Version 1.0. DOI: 10.6084/m9.figshare.6085940

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2017). Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Atlas.

MÁRCIO ADRIANO BREDARIOL, A agricultura familiar fruticultora nos municípios de Itatiba, Louveira, Valinhos e Vinhedo: aspectos socioeconômicos e culturais no contexto regional paulista, **GeoUSP : revista da pós-graduação em geografia**, v. 26, n. 2, 2022.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Disponível em: O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo | Mattei | **Revista Econômica do Nordeste (bnb.gov.br)**. Acesso em: 21 ago. 2022.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. Espaço em Revista, Universidade Federal de Goiás, GO, vol. 14, n. 1, jan./jun, p. 14-23 2012.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. 1996.

PAULA JUNIOR, A. Escolaridade nas zonas rurais da região Sul. Espaço e Economia, n. 16, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9900>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso em: 21 ago 2022.

RODA Viva | Maria da Conceição Tavares | 1995. Roda Viva: TV Cultura, 1995. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 25 nov. 2023.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. **Estudos Rurais series, 252 p. ISBN 978-85-386-0389-4. 2003**. Disponível em: (PDF) A pluriatividade na agricultura familiar (researchgate.net). Acesso em: 21 ago. 2022.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia da Letras, 2010

SILVA, A. D.; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. D. agricultura familiar nos dados do censo agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed.esp.Dossie, p. 7–37, 11 fev. 2022.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. DE; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. suppl 1, p. 205–222, 2014.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 - 1960**. 1ª. ed. [S. l.]: Expressão POPULAR, 2005. 304 p. v. 1. ISBN 85-87394-68-1.

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. **6º Encontro de Economia Gaúcha, p. 22, 2012**. Disponível em: http://cdn.fee.tc.br/eeg/6/mesa15/Agricultura_familiar_nos_Estados_da_Regiao_Sul_do_BrasilCaracterizacao_a_partir_do_Censo_Agropecuario_de_2006.pdf. Acesso em: 23 fev 2023

TEDESCO, J. C. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: **EDIUFP, 1999. 331 p.**

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928- T759Í Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação / Augusto Nivaldo Silva Triviños. --São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, M. A. D. O.; MANCIA, J. R. The importance and earnest of the researcher in pointing out the study limitations. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, n. 4, p. 832–833, ago. 2019.

VOSVIWER. Versão 1.6.20. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.vosviewer.com/>. Acesso em: 18 maio 2023.

ZOTERO: Gerenciador de Bibliografias. Versão 6.0.30. [S. l.], 5 out. 2006. Disponível em: <https://www.zotero.org/>. Acesso em: 6 mar. 2023.